



PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
LAZER E DESPORTO

PLANO MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO
DE FELIZ

CESAR LUIZ ASSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
ADMINISTRAÇÃO 2009 -2012

BEATRIZ EDELWEIS STEINER ASSMANN
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, LAZER E DESPORTO

2009 - 2019

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1 ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO	07
1.1 Aspectos Históricos.....	07
1.1.1 Criação do Município de Feliz.....	08
1.1.2 Origem do Nome de Feliz.....	09
1.1.3 Berço de Qualidade de Vida.....	09
1.2 Aspectos Geográficos.....	10
1.3 Aspectos Demográficos.....	11
1.4 Aspectos Econômicos.....	11
1.5 Aspectos Sócio-Culturais	13
1.6 Aspectos Educacionais.....	14
1.6.1 O Município de Feliz e os Elementos que Compõem a História Educacional do Município de Feliz.....	14
1.6.2 Resgate da História da Educação do Município de Feliz.....	20
1.6.2.1 História da Educação de Feliz	20
1.6.2.1.1 A Escola da Comunidade Católica	22
1.6.2.1.2 A Escola da Comunidade Evangélica	24
1.6.3 A Educação Ontem e Hoje	24
1.6.4. Caracterização da Educação no Município de Feliz	28
1.6.4.1 Rede Municipal de Ensino.....	28
1.6.4.2 Rede Estadual de Ensino.....	32
1.6.4.3 Rede Particular de Ensino.....	33
2. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FELIZ	35
2.1 Educação Básica	35
2.1.1 Educação Infantil	35
2.1.2 Ensino Fundamental	39
2.1.3 Ensino Médio.....	45
2.2 Ensino Superior	46
2.3 Modalidades de Ensino.....	47
2.3.1 Educação Especial	47
2.3.2 Educação de Jovens e Adultos	49
2.3.3 Educação Tecnológica e Formação Profissional	51
3. VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO	53
4. PROGRAMAS E PARCEIROS	54
4.1. Programas do Governo Federal.....	54
4.1.1 Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.....	54
4.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	54
4.1.3 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE.....	55
4.1.4 Plano de Desenvolvimento da Educação.....	56
4.1.5 Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	57
4.1.6 Plano de Ações Articuladas (PAR).....	58
4.1.7 Programas de Formação Continuada.....	59
4.1.7.1 Escola Ativa.....	59

4.1.7.2 Pró-Letramento.....	59
4.1.7.3 Gestar II	60
4.1.7.4 Programa de Educação Fiscal.....	60
4.1.8. Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC.....	60
4.2 Programa A União Faz a Vida.....	61
4.3 Programa Saúde do Escolar.....	62
5. METAS.....	64
6. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO.....	66
7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	67
8. BIBLIOGRAFIA.....	69
ANEXOS.....	70

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação constitui a formalização de toda política educacional do sistema de ensino local, que será desenvolvida de acordo com as diretrizes e metas traçadas no período de dez anos. Neste documento estão indicados a análise do problema e da realidade que se apresenta no município de Feliz, os objetivos propostos, metas estabelecidas, procedimentos e ações que serão implementadas em busca do que foi planejado.

Apoiados pela Lei 1.203, de 23 de dezembro de 1997, instituiu-se, em dezessete de julho de 2005, o Fórum Permanente de Discussão da Educação do Município de Feliz. Este Fórum elegeu sua diretoria executiva, aprovou o regimento interno e formalizou as comissões para a elaboração do Plano Municipal de Educação, que não se caracteriza como um plano da rede de ensino municipal, mas sim, como um plano de educação do município, integrado ao Plano Nacional de Educação.

Foram muitos os momentos de estudo e busca de informações a fim de agrupar os dados necessários para a formalização deste Plano. Inicialmente, as comissões, compostas por representantes de todas as redes de ensino e pela sociedade civil, elaboraram um diagnóstico, cujas informações foram atualizadas em 2008 e 2009, sendo que estas basearam a elaboração das diretrizes, metas e objetivos da educação do município. Durante o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação, apareceram vários obstáculos, tais como a falta de dados estatísticos precisos, a falta de informações sobre a história da educação municipal, entre outros.

Este plano, considerado como parte do processo de gestão democrática, de acordo com a Lei 9394/96, é um dos passos fundamentais para o avanço da educação municipal. O documento pode ser chamado de guia, cuja função será orientar a prática, partindo das experiências concretas e das experiências da própria realidade, possibilitando modificações e adequações que se mostrarem necessárias no decorrer do processo. A vigência deste plano é de 10 anos e será acompanhado por uma comissão, responsável por implementá-lo anualmente.

Além disso, o Plano Municipal de Educação está em consonância com o Plano Nacional de Educação, cujos objetivos e prioridades são as seguintes:

- . a elevação global do nível de escolaridade da população;
- . a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- . a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com

sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade, a dos países desenvolvidos precisa ser construída constante e progressivamente, são estabelecidas prioridades neste plano, segundo o dever constitucional e as necessidades sociais.

1. Garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino. Essa prioridade inclui o necessário esforço dos sistemas de ensino para que todas obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico deverá ser adequado às necessidades dos alunos e corresponder a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral para as crianças das camadas sociais mais necessitadas.

2. Garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

3. Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior. Extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade no ensino fundamental, e a gradual extensão do acesso ao ensino médio para todos os jovens que completam o nível anterior, como também para os jovens e adultos que não cursaram os níveis de ensino nas idades próprias. Para as demais séries e para os outros níveis, são definidas metas de ampliação dos percentuais de atendimento da respectiva faixa etária. A ampliação do atendimento, neste Plano, significa maior acesso, ou seja, garantia crescente de vagas e, simultaneamente, oportunidade de formação que corresponda às necessidades das diferentes faixas etárias, assim como, nos níveis mais elevados, às necessidades da sociedade, no que se refere a lideranças científicas e tecnológicas, artísticas e

culturais, políticas e intelectuais, empresariais e sindicais, além das demandas do mercado de trabalho. Faz parte dessa prioridade a garantia de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica, que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia.

4. *Valorização dos profissionais da educação.* Particular atenção deverá ser dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

5. *Desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino,* inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

Enquanto o Plano Nacional de Educação estabelece objetivos e metas globais para a Nação, o Plano Municipal de Educação determinará sua participação no conjunto de ações propostas, o que implica ter, na sua elaboração, duas referências básicas: a intenção nacional e as possibilidades e recursos locais. No Plano Municipal, os objetivos de metas serão particularizados e passarão a ser compromisso efetivo do ente federado.

Os seguintes tópicos são delimitados no Plano: dados gerais do município, história da educação escolar e da base cultural, níveis e modalidades de ensino, além da valorização dos profissionais da educação, programas e metas. Por fim, este plano será constantemente acompanhado e implementado, garantido o cumprimento das metas estabelecidas.

1. ASPECTOS GERAIS DO MUNICÍPIO

A seguir, serão apresentadas as características do município de Feliz, no que se refere aos aspectos históricos, geográficos, demográficos, econômicos, sócio-culturais e educacionais.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Após a Revolução Farroupilha (1835-1845), o governo imperial recomeçou o processo da imigração alemã. Um dos primeiros imigrantes, o Dr. Hillebrand, foi nomeado como diretor da colônia de São Leopoldo. Este, para aumentar aquela colônia, mandou que se medissem as terras situadas entre o Arroio Forromeco e o rio Caí no ano de 1846. Essas terras pertenciam ao governo imperial, por isso foram medidas pelo Dr. Hillebrand e distribuídas aos colonos. As terras situadas à margem esquerda do rio Caí pertenciam a latifundiários que exploravam a floresta para a produção de carvão vegetal. Na região de Escadinhas, existia a fazenda dos Moraes. As localidades de Picada Cará, São Roque, Coqueiral e Bananal, pertenciam a Tristão Monteiro. Logo acima, já em direção a Nova Petrópolis, existia a fazenda Pirajá, cujo nome ainda existe. Essas terras da margem esquerda do rio Caí foram adquiridas a partir de 1860, por colonos alemães que as compraram dos fazendeiros.

Em 1853, Feliz já contava com mais ou menos 90 famílias. A maioria destas advinda de outras colônias: a família Ruschel, de Estância Velha, as famílias Simon, Berwanger, Nedel, Dill, Henz e outras, de São José do Hortêncio. Mas, a maior parte dos fundadores da nova colônia eram imigrantes vindos diretamente da Alemanha, principalmente da região do Reno.

Entre as famílias, vindas diretamente da Renânia, pode-se citar: Flach, Rauber, Friedrich, Kaspary, Vetter, Scherer, Klein, Noll e Spohr.

Mais tarde, surgiu à necessidade de construir uma estrada que unisse os Campos de Vacaria à Colônia de São Leopoldo, via Feliz, conforme estudos do Engenheiro Mabilde. Essa se concretizou após trinta anos de espera. No decorrer desses trinta anos, a colônia alemã de Feliz teve muitas dificuldades para vender os produtos excedentes, pois o acesso a outras localidades era longo e difícil, por isso, produziam somente para seu consumo.

Devido às dificuldades de comercialização, desenvolveram-se as atividades de lazer como: jogar cartas, bolão, bocha, tiro ao alvo e outros.

Após trinta anos de espera, a região foi beneficiada com a construção de uma estrada

que ligava São Leopoldo ao norte do Estado (Campo dos Bugres e Vacaria), sendo esta a única via. Essa estrada ligava Feliz a São Sebastião do Caí, via Escadinhas. Nessa época, deu-se o início da colonização italiana.

Logo, Feliz tornou-se itinerário da economia da região nordeste daquela época. Houve acentuado desenvolvimento, principalmente da rede de hotéis, pois havia grande circulação de viajantes e comerciantes.

O transporte era feito por carretas puxadas por animais (cavalos, bois e burros). Em tempos de chuva, os carreteiros, muitas vezes, tinham que esperar dias e até semanas para baixar o nível das águas, e então facilitar a passagem das carroças em balsas improvisadas. Com esta longa espera, perdia-se muito produto.

Assim, tornou-se necessária a construção de uma ponte sobre o rio Caí na altura de Picada Feliz. Em novembro de 1898, através do decreto nº 185, os irmãos João e Aquelo Corrêa Ferreira da Silva conseguiram a promessa da construção de uma ponte na Picada Feliz. A concessão de construção foi também cedida aos irmãos Corrêa, por um período de 25 anos, durante os quais, os mesmos ou seus herdeiros diretos poderiam cobrar pedágio. Após esse período, a ponte passaria em boas condições para a propriedade do poder público.

A ponte de ferro foi trazida da Bélgica, onde servia para o transporte ferroviário. Em março de 1900, quinze meses após o início de sua construção, a ponte foi inaugurada. Esta resolveu todos os problemas de travessia.

A construção da estrada Júlio de Castilhos facilitou, ainda mais, o transporte de mercadorias para os Campos de Cima da Serra. Esse período foi de grande desenvolvimento e progresso para a região.

Com a abertura da RS 122, que dá acesso a Caxias do Sul via São Vendelino, Feliz ficou desviada da rota comercial, afetando o progresso do município.

Mais tarde, foi construída a RS 452 que passa pelo meio da cidade, é considerada uma rodovia de ligação entre a RS 122 e a BR 116. Essa proporcionou a retomada do desenvolvimento, além disso, Feliz entrou no roteiro turístico daqueles que se dirigem a Serra Gaúcha.

1.1.1 Criação do Município de Feliz

Feliz foi colonizada a partir de 1846 por imigrantes oriundos da região do Reno - Alemanha e outras famílias alemãs de São José do Hortêncio e região vizinha. Em 22 de dezembro de 1888, a então Picada Feliz, foi elevada à condição de Vila, passando a chamar-se

“Vila Feliz”.

Em 17 de fevereiro de 1959, através da Lei Estadual 3.726/1959, foi decretada a emancipação política do município, que passou a chamar-se “Feliz”. Em 31 de maio do mesmo ano foi realizada a instalação do município. Em 1º de junho, assumiu o primeiro prefeito de Feliz, Kurt Walter Graebin, que teve como vice-prefeito Adalberto Weissheimer. Em 25 de julho daquele ano foi aprovada a Lei Orgânica do Município de Feliz.

A emancipação, associada às reivindicações dos munícipes, foi conquistada através de um Plebiscito. Antes da emancipação, o município pertencia a São Sebastião do Caí.

1.1.2 Origem do Nome de Feliz

Há mais de uma versão para explicar a origem do nome do município de Feliz. No entanto, a mais aceita está relacionada a um acontecimento histórico, como consta no “Kozeritz Kalender”, de 1902:

Em 1850, uma comitiva sob o comando do engenheiro Afonso Mabilde foi incumbida de abrir um caminho através da mata dos pinhais e o Campo dos Bugres (Caxias do Sul) aos campos de criação de gado de Vacaria. Este grupo atravessou com uma canoa o rio das Antas, usando uma embarcação como elo de ligação com os já ocupados campos de Vacaria, donde obtinham os mantimentos necessários. Uma enchente, no entanto, teria arrastado a canoa e o grupo de homens se viu obrigado a retornar ao sul. Depois de ficarem muitos dias errantes pelo mato, sofrendo toda sorte de privações e perigos, finalmente teriam encontrado a casa de um colono e saudado este encontro com a exclamação: Oh Feliz! Em lembrança deste fato, a nova picada recebeu o nome de Feliz.

1.1.3 Berço de Qualidade de Vida

Em 1998, Feliz destacou-se como a primeira colocada no *ranking* dos municípios brasileiros com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Naquele ano, Feliz ficou conhecida nacionalmente como a “Cidade de Melhor Qualidade de Vida do Brasil”. Foi a primeira vez que o Brasil integrou o grupo dos países com alto IDH, ocupando o 62º lugar no *ranking* mundial.

Ainda hoje, Feliz mantém a qualidade de vida de sua gente e registra altos índices de

educação, saúde e desenvolvimento. Exemplos disso são as novas equipes da Estratégia de Saúde da Família, implantadas em 2005, que passaram a cobrir 100% da população. Em 2006, Feliz recebeu o título de “Município Alfabetizado”, por ter um índice mínimo de analfabetismo. Além disso, no ano de 2007, o município atingiu o Índice de Desenvolvimento da Educação nos anos iniciais de 5,3 e, nos anos finais, de 4,8, superando os índices nacionais e estaduais, e ainda as metas previstas para o respectivo ano. Esses são apenas alguns aspectos que destacam Feliz como uma ótima cidade para se viver.

1.2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

O município de Feliz está situado na zona fisiográfica do Estado chamada Encosta Inferior do Nordeste e pertence à microrregião Colonial da Encosta da Serra Geral.

Possui uma área de 92,61 km² (IBGE/2006) e está dividida em zona urbana e rural. Limita-se ao norte com Alto Feliz e Vale Real, ao sul com São Sebastião do Caí e São José do Hortêncio, a leste com Nova Petrópolis e Linha Nova e a oeste com Bom Princípio.

O relevo é caracterizado por vales, morros e planícies. À medida que se avança para o norte, os montes e morros se acentuam. Os de maior extensão e altitude são o Morro das Batatas e o Morro Seidel. A planície que margeia o rio Caí destaca-se pela grande fertilidade do solo, bem como as planícies ao longo dos arroios.

A sede do município situa-se, em quase sua totalidade, à margem direita do rio Caí e é cortada pela rodovia RS 452, estrada que liga a RS 122 a BR 116.

A cidade é formada por sete bairros: centro, Bela Vista, Canto do Rio, Matiel, Picão, Vale do Hermes e Vila Rica. Conta, também, com doze localidades: Arroio Feliz, Bananal, Bom Fim, Coqueiral, Escadinhas, Linha Temerária, Morro das Batatas, Nova Caxias, Picada Cará, Roncador, São Roque e Vale do Lobo.

O clima é subtropical, com temperaturas extremas que oscilam de 5°C até 39°C, sendo que a média é de 20°C. Está situada a 127 metros acima do nível do mar.

O sistema hidrográfico é composto pelo rio Caí e seus principais afluentes são: arroio Cará, arroio Escadinhas, arroio da Feliz, arroio dos Hermes, arroio das Lajes, arroio Matã, arroio Paradiso, arroio Sepultura, arroio Temerária e arroio Três Mares.

O rio Caí nasce no município de São Francisco de Paula, nos Campos de Cima da Serra, corta a cidade de Feliz no sentido nordeste-sudoeste, desemboca no rio Jacuí e este desemboca no Estuário do Guaíba. Existem outros recursos hídricos como açudes e poços artesianos devido ao enorme lençol freático.

O Parque Municipal de Feliz, é um dos locais mais bonitos de toda a região, possui 24 hectares de belíssima área verde. É cenário perfeito para momentos de lazer e tranquilidade em família ou com amigos.

1.3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Conforme o censo do IBGE/2008, a população que constitui o povo de Feliz é de 12.126 habitantes, sendo uma parte da população rural e outra urbana.

Já no Sistema de Informação de Atenção Básica, que recebe informações da Secretaria Municipal de Saúde, no mês de agosto do ano de 2009, a população total era de 12.787 habitantes, distribuídos conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA E SEXO

Idade	< 1 ano	1 a 4	5 a 6	7 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 39	40 a 49	50 a 59	> 60 a	Total
Masculino	47	250	140	241	423	566	2.096	1.019	783	761	6.326
Feminino	50	224	137	237	454	529	2.061	1.002	787	980	6.461
Total	97	474	277	877	1.095	1.095	4.157	2.021	1.570	1.741	12.787

A população quanto a origem étnica é constituída de 70% alemã, 15% italiana e 15% de outras origens como poloneses, portugueses, suíços, austríacos entre outras minoritárias.

A predominância dos descendentes de alemães está explícita em vários aspectos como na culinária, na arquitetura, nas festas – Kerb, nos grupos constituídos (danças, corais, jogos de bolão), na língua ainda falada entre muitos.

1.4 ASPECTOS ECONÔMICOS

Desde a sua colonização, Feliz tem se destacado por sua vocação agrícola, principalmente na produção de feijão preto e alfafa, como também na criação de suínos e de gado leiteiro. Esta última foi a mola que impulsionou a industrialização do leite e derivados, ao lado da produção cervejeira.

Atualmente, destaca-se, a nível estadual, a produção de hortigranjeiros e a fruticultura, sendo Feliz um dos maiores produtores de morangos do Estado e um dos pioneiros no cultivo de amora preta. Em 2006, 200 famílias cultivaram 50 hectares de morango, alcançando uma produção de cerca de 1.800 toneladas/ano. A produção de amora-preta gira em torno de 48 toneladas em uma área de 8 hectares, envolvendo 24 famílias. Além dessas duas culturas, tem

significativa importância a produção de figo e goiaba.

Na economia, destaca-se a indústria com empresas do setor metal-mecânico, calçadista, cerâmico e moveleiro. As atividades do setor primário, principalmente com o cultivo de hortigranjeiros e a fruticultura, com a avicultura, suinocultura e cunicultura, também têm grande representatividade na economia municipal. O morango, figo, goiaba e amora-preta, somados a horticultura, são os principais produtos agrícolas.

O setor de comércio e os serviços completam a economia local e são referência para a região.

A produção local é assim constituída:

- 37,49% - Indústria metal-mecânica, calçadista, cerâmica e moveleira
- 26,15% - Agricultura
- 20,52% - Comércio
- 15,84% - Serviços

Pela localização geográfica privilegiada, pelos altos índices de saúde e educação das pessoas, entre outros aspectos, Feliz dispõe de plenas condições para proporcionar qualidade de vida a seus moradores e o êxito dos empreendimentos instalados em seu território.

Abaixo, alguns aspectos que destacam o potencial de Feliz:

- Localização geográfica privilegiada:

Feliz está situada entre os dois principais pólos econômicos do Estado: a região metropolitana (80 km de Porto Alegre) e a região serrana do Estado (45 km de Caxias do Sul); possui fácil acesso e ligação com as principais rodovias estaduais e federais, como RS 122, RS 240 e 452, além da BR 116.

- Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD):

Possibilita o retorno de até 75% do investimento realizado, considerando aspectos como investimentos em instalação e estruturação, geração de empregos diretos e indiretos, geração de tributos, melhoria da qualidade do meio ambiente, contribuição para o aperfeiçoamento tecnológico e efeitos multiplicadores na economia local. O FMD pode ser utilizado conjuntamente com incentivos do Governo do Estado. Empresas como *Simetall*, *Cervejaria Eisenbrück*, *Hidrojet Equipamentos Hidráulicos Ltda* e *Plastiweber*, são alguns dos casos exitosos concretizados através dos recursos do FMD. Há que se destacar que a empresa *Hidrojet Equipamentos Hidráulicos Ltda.* tem nível internacional de qualidade, uma vez que a maior parte de sua produção é destinada à exportação.

- Existência de mão-de-obra qualificada:

O profissional felizense é conhecido e destacado pela qualidade do trabalho que

realiza. É grande a procura de profissionais locais por parte de empresas de grande porte da região. Entre as empresas de outras cidades que contratam mão-de-obra felizense destacam-se Marcopolo, Pettenati, Randon, entre outras.

1.5 ASPECTOS SÓCIO-CULTURAIS

Feliz preserva as características interioranas e mantém a tradição dos alemães que colonizaram a cidade. Ainda hoje, a população mantém vivas as raízes culturais dos antepassados, imprimindo no seu dia-a-dia os traços germânicos dos imigrantes. Esse legado pode ser percebido nos diálogos realizados no dialeto alemão, nos jardins de muitas residências e também nas fachadas das construções.

Em várias localidades do município é possível encontrar residências e outros prédios, como igrejas, construídos pelos primeiros colonizadores do município. Entre eles, destaca-se um prédio localizado no centro, pertencente à família Noll, que abrigou o único cinema do município e provavelmente da região. Outro traço marcante na arquitetura local é o estilo enxaimel, visto em muitas casas e no prédio da prefeitura municipal.

Com o objetivo de resgatar e preservar a história de Feliz, o município possui o Museu Municipal, inaugurado em 18 de maio de 2008, constituindo-se como um importante legado para as novas gerações. Este possui em seu acervo móveis, utensílios, livros, fotografias e outras peças de época que contam a trajetória e evolução da vida dos imigrantes que colonizaram o município.

Outro aspecto marcante da cultura alemã são as festas que também fazem parte do cotidiano da população, quer seja por motivos religiosos, como os Kerbs, ou para relembrar a tradição dos antepassados, ou ainda para celebrar a produção agrícola. O município promove duas grandes festas, as quais mobilizam toda a comunidade: o Festival Nacional do Chopp e a Festa das Amoras, Morangos e Chantilly - FENAMOR. A primeira, realizada anualmente, é regada a muito chopp, tem uma tradição de quase quarenta anos e o diferencial de servir a bebida à vontade ao público.

A FENAMOR, por sua vez, realizada a cada dois anos, foi criada em 1991 com o intuito de celebrar a colheita da amora-preta e do morango, fruta que dá ao município de Feliz o título de maior produtor do Estado. Em 2005, o município produziu 1.800 toneladas de morango e 48 toneladas de amora-preta.

As festas promovem um resgate às tradições coloniais, oferecendo comida típica alemã, feira de produtos coloniais, artesanato local, exposição da indústria e comércio local,

entre outras atrações. Além disso, o Parque Municipal é uma atração a mais, com sua beleza natural.

Deste modo, a valorização da cultura, da educação e o zelo pelo trabalho são algumas das características marcantes do povo felizense.

1.6 ASPECTOS EDUCACIONAIS

Os aspectos educacionais retratam o resgate da história educacional, bem como apresentam a caracterização da educação no município de Feliz.

1.6.1 O Município de Feliz e os Elementos que Compõem a sua História Educacional

A história da educação do município de Feliz começa com a imigração alemã que vem para o Rio Grande do Sul entre 1824 e 1890. Estes imigrantes eram, em sua maioria, provenientes da Região do Hunsrueck, na Renânia, que corresponde hoje aos atuais Estados Alemães de Rheinland-Phalz e Saarland. De acordo com a descrição de Marx, em uma publicação no *The Tribune* de Londres, em 1852, citada por Kreutz, o Hunsrueck se situa numa região montanhosa, com pequenas propriedades rurais com forte tradição católica, composta de famílias com forte integração religiosa, social e cultural.

Entre nós, descendentes desses alemães, a palavra *Hunsrueck* caracteriza a região alemã e o dialeto falado por grande parte das pessoas de nossa cidade.

A partir de 1815, com o tratado de Viena, a região do Hunsrueck foi anexada a Prússia. Mas existem características políticas e culturais diferentes entre as duas regiões. A Prússia tinha uma predominância de evangélicos, sendo que a região do Hunsrueck, na maioria católicos, foi terreno fértil para a Contra-Reforma. A Prússia simbolizava a consciência política e o dinamismo industrial e o Hunsrueck o conservadorismo agrário.

Foi no contexto e na base do Conservadorismo Romântico que a Igreja Católica começou uma forte reação ao Movimento Liberal, tendo a Companhia de Jesus, ordem diretamente vinculada ao Papa, uma grande força nessa restauração.

As bases para esse Conservadorismo Romântico em oposição ao Liberalismo, a partir do Século XIX, estavam nos ensinamentos:

Foram os filósofos gregos, especialmente Platão e Aristóteles que iniciaram as bases filosóficas para a concepção de mundo, de homem e sociedade [...]. Os filósofos gregos lançaram as bases para uma visão

dualista do ser, uma oposição entre o inteligível e o sensível, entre forma e matéria. E na visão dualista de homem e de mundo, a prioridade caía sobre o inteligível, sobre a forma como princípio dinâmico e gerador. O físico e o material foram caracterizados como um ser opaco, como sombra, algo próximo ao não ser. (KREUTZ, p.28, 1991)

Na concepção greco-cristã admitia-se uma ordem objetiva criada por Deus. As essências se explicavam a partir de Deus que, além da origem, era também considerado o fim.

Como o sentido fundamental do homem e do mundo se situava no espiritual e eterno, as coisas espaço-temporais não faziam sentido. A história perdia a importância.

Não competia ao homem intervir na estrutura social. A Igreja voltava-se para a salvação das almas, bastando reformar as consciências para que a justiça pudesse imperar sobre o mundo.

De forma sucinta, essas são algumas das bases filosófico-religiosas sob as quais a Igreja fomenta os seus princípios educacionais. Em decorrência desses princípios da Restauração Católica, delineia-se a figura e estabelecem-se as funções do Professor Paroquial.

Destacando todo o movimento de luta entre forças conservadoras e progressistas, tanto na Alemanha quanto na França, cabe aqui destacar Marx, nos escritos de Kreutz onde defende a seguinte tese:

[...]de que o regime de vida e de produção em pequena propriedade agrícola, formando comunidades rurais, tendia a condicionar para uma concepção tradicional e reacionária de homem e de mundo. Identificando os habitantes rurais muito com o ritmo da natureza, não lhes cobrando uma divisão de tarefas e variedades de talentos, a pequena propriedade não favorecia a formação de consciência e organização política. Não se dava aí o salto para o qualitativo. (KREUTZ, p.31, 1991)

Nossa cidade inicia sua colonização a partir da formação de pequenas comunidades. Na comunidade do Morro das Batatas encontra-se, ainda hoje, a casa dos Jesuítas. A vida e os princípios educacionais nessas pequenas comunidades estavam sob a forte influência religiosa que dominava as colônias teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul.

A educação no Município de Feliz iniciou em 1849, com a primeira escola católica, chamada *Pfarschule*.

As comunidades tinham entre 100 a 170 famílias. Destacava-se a quase inexistência

do analfabetismo, desempregados, sistema judicial e penitenciário. As questões eram resolvidas internamente pelo vigário. Assim podemos imaginar que era difícil poder faltar à missa dominical pondo, dessa forma, em evidência, o limite entre o comunitarismo e o autoritarismo.

A Igreja Católica fez da escola e do Professor Paroquial um dos seus principais instrumentos de articulação com a Colônia Alemã.

As comunidades assumiam as condições materiais para que os professores estivessem mais disponíveis para as suas funções sociais e de magistério:

[...]cada núcleo colonial novo tivesse, já no ato de seu lançamento, a reserva de um lote para a Igreja(capela), outro conjunto para a escola e, nas proximidades desta, uma porção de terra com a construção de casa e benfeitorias para a moradia do professor. Ele tinha direito à moradia gratuita, sendo que, enquanto se dedicava ao serviço da Comunidade, a mulher e filhos poderiam complementar o salário com a exploração da roça e alguma criação.(KREUTZ, p.78, 1991)

O mais importante para a admissão do professor eram as retidões de caráter, religião e moralidade.

Socialmente, as funções do Professor Paroquial eram o zelo pelos bens da comunidade (capela, escola, terrenos), árbitro e pacificador de desentendimentos, até sua representação junto às autoridades civis e junto às instâncias políticas. Era também promotor cultural no sentido de encaminhar a leitura de jornais, almanaques e revistas, promover a realização de algum teatro, o intercâmbio e a apresentação de corais. Era tido como o secretário natural praticamente em todas as entidades e momentos em que houvesse essa função: [...] *A função do Professor Paroquial era uma vocação, uma missão a cumprir* (KREUTZ, p.79,1991).

Apesar de todas essas funções, seu salário era baixo. Seu poder aquisitivo estava abaixo da média dos colonos, mesmo dispondo de moradia e terra para o cultivo. Seu salário era a taxa mensal paga pelo aluno. Quanto mais alunos maior o seu salário.

A função primordial da escola era educar e formar bons cristãos, instruindo as crianças para o saber básico. Assim, em primeiro plano estavam a educação cristã e os valores religiosos.

Nesse movimento de restauração católica privilegiou-se a comuna rural como instância de vida política e religiosa saudável, implantando-se o associativismo e o cooperativismo, em que a união e a harmonia entre a Igreja, a família e a escola eram

fundamentais para manter os princípios do idealismo, combatendo assim os princípios do materialismo.

De acordo com os escritos de Assmann (2002), “*em 1880 o Padre Deodoro Amstadt cria em Feliz o berço do Cooperativismo no Rio Grande do Sul.*” Criaram-se a Associação dos Professores Paroquiais, Associações Comunitárias, Caixas Rurais, sendo a região da colonização alemã, o berço do Associativismo e do Cooperativismo.

Todo esse processo, no entanto, foi sofrendo a forte influência da era industrial e, conseqüentemente, do capitalismo.

Em 1893, em nossa Vila, instalou-se a primeira cervejaria de alta fermentação no Brasil.

Em 1900, o rio Caí passou a servir para o escoamento da produção entre os Campos de Cima da Serra e a antiga Colônia de São Leopoldo. Uma ponte de ferro foi trazida da Bélgica e permitiu a construção da Estrada Júlio de Castilhos, destaque para a economia, que nessa época, iniciou um grande desenvolvimento.

Também em 1900 foi criada a primeira escola pública de Feliz, que deu origem a atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Saturnina Ruschel. (23/01/1903 – Escola Mista da Freguesia de Feliz).

A educação e o trabalho, nesse processo de implantação do capitalismo, são uma mercadoria. É nesse cenário econômico e político que vai se constituindo a nova educação brasileira e, singularmente, a de Feliz.

[...] o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta. [...] onde, pois, se desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência no mercado de trabalho.

[...] a proletarização significa um progresso em relação à vida e ao trabalho nas economias de subsistência. É que o capitalismo gera, onde predominava antes esse tipo de economia, uma ampliação da oferta de trabalho assalariado. Isso por sua vez, representa um crescimento constante da demanda social da educação. (ROMANELLI, p 59, 1978)

Em 1948, com a saída do Professor Paroquial da Vila Feliz, chegam as Irmãs Escolares de Nossa Senhora para, então, assumirem a Escola Mista. Com essas mudanças, não se perdem os valores religiosos, estando o ensino, ainda sob esses princípios, lutando e

contrapondo-se agora ao positivismo.

Sobre a escola paroquial evangélica, pessoas ligadas a esse credo apontam que as mesmas existiram em nossa vila, conforme reportagem de jornal da época.

No Brasil, vai se verificando uma alternância, ora de maior centralização, ora de descentralização no trato político administrativo do setor da educação como um todo. Apesar desses movimentos distintos quanto à concentração de poder, culturalmente ainda estamos carregando o predomínio daquela qualidade centralizadora na Política Educacional Brasileira. Essa quantidade, ainda expressiva de poder concentrado, é o reflexo percebido na gestão da educação, o que permite afirmar que as mudanças que vem acontecendo não têm conseguido alterar a participação da comunidade escolar na gestão da educação local.

A gestão da educação reflete essa tendência, pois já na Primeira República (1889), cem anos depois da Revolução Francesa, em que pesa ainda o ideário Liberal e Federalista, o governo central assumiu, juntamente com os Estados, a tutela do Ensino Primário e do Profissional, encarregando-se também da normatização e da fiscalização do Ensino Secundário. O papel dos Municípios ficou restrito à colaboração na edificação e na preservação de estabelecimentos de ensino. Hoje, percebe-se que, mesmo com um processo de pretensa descentralização, o governo realiza e mantém vários tipos de programas e avaliações, tendo em suas mãos o controle do processo.

A Constituição de 1934 definiu como competência da União “traçar as diretrizes da Educação Nacional”, cabendo aos “Estados organizar e manter os respectivos Sistemas, respeitadas as diretrizes fixadas pela União”, sendo obrigatório e gratuito o Ensino Primário. Já a Constituição de 1937, ao confiar a administração do Ensino Primário aos Estados, confere aos Municípios pequena participação na organização desse nível (BOTH, 1997, p. 66).

O movimento municipalista, como questão geral, despontou principalmente a partir da Constituição de 1946, sendo Anísio Teixeira um dos maiores defensores, cuja proposta na área educacional era a transferência dos encargos dos Estados ou da União, com o Ensino Primário, para o governo local. A sua tese é apontada como o primeiro passo com vistas a despertar as Administrações Federais e Estaduais para a potencialidade do Município em gerir o Ensino Básico a ser oferecido a toda a população brasileira.

Embora as evidências pudessem apontar as condições necessárias para uma descentralização, nesse momento histórico, ainda não eram suficientes para que de fato isso viesse a ocorrer.

A descentralização administrativa da Educação Nacional, no entanto, ainda vai precisar do impulso da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024, de

20 de dezembro de 1961, que organiza os Sistemas Estaduais de Ensino e amplia potencialmente a autonomia dos Municípios como mantenedor de rede de escolas, ainda que vinculados ao sistema de ensino dos Estados.

Nesse período, a instância municipal é estimulada a atuar principalmente no ensino primário da zona rural, mas sem a necessária delegação de competências e sem os recursos compatíveis.

Feliz instala seu município em 31 de maio de 1959, pela Lei Estadual 3726. A partir desse momento, mais precisamente em 1960, implantam-se as primeiras escolas rurais. Em 1961, é designado para coordenar as escolas um orientador de ensino.

Porém, é a Lei 5692/71 – conhecida como Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus – que inclui formalmente o município no rol dos responsáveis pela administração do ensino de 1º Grau, ao estabelecer em seu art. 20 que: “ *O ensino de 1º Grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos Municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder sua chamada para matrícula.*”

Além disso, a mesma Lei, chamada de Reforma do Ensino, instituiu o processo de municipalização do ensino ao prever a “*progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços da educação, especialmente de 1º Grau, que pela sua natureza, possam ser realizados pelas administrações locais.*”(art. 58 § único). Merecendo também destacar nessa Lei o art. 71 – Das disposições transitórias “*que possibilitou a delegação de parte das atribuições dos Conselhos Estaduais de Educação e Conselhos Municipais.*”

Dessa forma, tem-se atribuído aos municípios a manutenção do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, atendendo, conseqüentemente, os segmentos mais empobrecidos e marginalizados da sociedade.

Assim, nas duas últimas décadas do século XX, ora atendendo a apelos e demandas da sociedade, ora sofrendo as pressões dos governos Federal e Estadual, os municípios expandiram suas redes de Ensino Fundamental e de Educação Infantil. Porém, a consolidação relativa da autonomia dos municípios só acontece legalmente na Constituição Federal de 1988, que constitui como entes da Federação, portanto, como entes jurídicos e com liberdade para constituir o seu próprio Sistema de Ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96, diz em seu art. 8º que “*A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos Sistemas de Ensino.*” O art. 11 coloca que os Municípios incumbir-se-ão de: Inciso I - “*Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições*

oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.”

A Lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001, estabelece as diretrizes, os objetivos e as metas a serem alcançadas pela Educação Nacional nos próximos dez anos.

Esse contexto histórico, apoiado em suas diretrizes legais, mostra o lugar e o valor da SMELD enquanto parte de um Sistema Próprio de Educação e suas atividades pedagógicas frente a essa possibilidade descentralizadora.

Cristiane Kieling
Pedagoga

1.6.2 Resgate da História da Educação do Município de Feliz

Esta comissão foi dividida em dois grupos. Um grupo coletou dados e buscou a história antes da emancipação do município e o outro, coletou as informações pós emancipação. Acreditamos que este trabalho é fundamental para o resgate da identidade do professor.

No Fórum do dia 26 de maio de 2006, a comissão apresentou os seguintes elementos para compreensão dos aspectos gerais e singulares de nossa história educacional.

1.6.2.1 A História da Educação de Feliz

Embora não existam registros aqui no município, constatou-se que a primeira escola de Feliz foi uma Escola Paroquial – *Pfarrschuhle* – *Gemeindeschuhle*, tendo em vista o desinteresse do Governo Imperial, que aceitou tranquilamente o fato da Igreja Católica, dentro do Projeto de Restauração, assumir a função educacional.

Dentro desse Projeto, o professor paroquial exercia múltiplas funções na comunidade. Era quase sempre a pessoa mais habilitada do lugar, sendo intensamente prestigiado na sua comunidade e no contexto geral das colônias alemãs.

Nesse ponto, o papel do professor paroquial católico difere do professor evangélico. Enquanto a este cabia o papel de alfabetizador, com o objetivo principal de ler a Bíblia, o professor católico foi um elemento de unificação, atuando nos campos social, político, religiosos e cultural da sua comunidade.

Depoimentos:

José Avelino Mayer – nascido em 1919

Frequentou a escola de 1926 (fevereiro) até 1930. As aulas eram na Língua Alemã e a escola era particular (*Pfarschuhle*-Escolas Paroquiais), mantida pelas famílias.

A escola ficava ao lado da atual casa canônica que, na época, era a residência do professor e não a do padre. Este, quando visitava a comunidade de Feliz, pernoitava na casa do professor. A sede da paróquia era o Morro das Batatas, onde residiam os Jesuítas.

A alfabetização se dava pelo método do alfabeto, em alemão. Usavam a lousa, sendo o caderno utilizado somente para caligrafia.

Lembra o Sr. Avelino que, quando chovia e fazia muito frio, ele e os irmãos pegavam os tamancos nas mãos, pois, além de não poder sujá-los, também era difícil andar rápido por causa do barro.

Chegando à escola, cheios de lama, a esposa do professor Kunrath enchia uma gamela de água morna para lavar os pés dos alunos.

Alguns professores usavam varas e outras formas de castigos físicos nas crianças, que eram divididas em dois turnos: pela manhã, o 1º, 2º e 3º anos, à tarde, o 4º e o 5º anos. Os alunos aprendiam a ler, a escrever, a aritmética, a religião (bíblia e catecismo) e a caligrafia.

O Sr. Avelino lembra dos seguintes professores: **Padres Jesuítas**, atuavam no Morro das Batatas; **Lehrer Scholl**, ficou pouco tempo; **Lehrer Werlang**, anterior ao seu tempo escolar; **Nicolau Kunrath**, de Vale do Hermes; **Albino Kunrath**, começou a dar aulas também em português; **José Rücker e Antônio Kaspary**, davam aulas à noite para os jovens que não tinham conseguido aprender o suficiente no diurno, pois precisavam ajudar os pais na roça, abandonando os estudos; **Balduino John**, irmão do dentista João John, de Nova Palmira; **Antônio Ten Cate**, lecionou pouco tempo para o 5º ano; **Alfredo Schmitt**, foi o último professor paroquial e ficou até o começo de 1948.

Em 1948, por empenho do pároco e de várias pessoas da comunidade, vieram as Irmãs Escolares de Nossa Senhora, que fundaram a Escola Imaculado Coração de Maria.

Maria Dolores Ruschel Schuh (professora aposentada) – nascida em 1931

Frequentou a Escola Pública de Vale Real de 1935 a 1938. Em 1938, mudaram-se para Feliz e, para poder fazer a comunhão solene na Igreja, teve de frequentar a Escola Paroquial.

Até 1900 só haviam escolas paroquiais. Em 1900, foi criada a primeira escola pública, “Escolas Reunidas de Feliz”, da Professora **Maria Saturnina Ruschel**. Esta escola depois foi denominada “Escola Estadual Mista de Feliz”, mais tarde “Grupo Escolar Paes Leme”, posteriormente “Grupo Escolar Tenente Oldegard Sapucaia” e, por fim, “Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Saturnina Ruschel”, em homenagem à Maria Saturnina Ruschel,

primeira professora pública e diretora da primeira Escola Estadual, em que as aulas eram na Língua Portuguesa e o método era o ABC.

Lucinda Muller (Servente aposentada da Prefeitura) – nascida em 1936

Frequentou a Escola Municipal João Batista Ruland, do Morro das Batatas, na época em que Feliz pertencia a São Sebastião do Caí.

Sua professora foi a **Sra. Zita Jotz** e a escola só oferecia aulas até a 3ª série. Quem tinha condições e vontade de aprender mais, deslocava-se até o Grupo Escolar Assunção, em Alto Feliz, onde cursava a 4ª série. Na 4ª série, a professora de Lucinda foi **Laura Simon Veit**. No fim do ano, por ocasião das provas finais, vinha o **Sr. Ernesto Seibert, Sub-Prefeito**, para assistir as provas dos alunos na escolinha municipal. Na época, a escola ficava ao lado da Igreja do Morro das Batatas.

Martha Rauber – nascida em 1916

Frequentou a escola de 1922 a 1926. As aulas eram em Língua Alemã. Estudou na Escola Paroquial com o **prof. Werlang**, que aplicava o método de alfabetização ABC. Lembra que os professores aplicavam castigos físicos.

Dados coletados pela Professora Maria Romana Winter Selbach
Coordenadora da Comissão do Resgate da História da Educação de Feliz

1.6.2.1.1 A Escola da Comunidade Católica

Os alemães, que já tinham seus educandários, não os encontraram aqui e, por isso, fundaram as escolas comunitárias (*Pfarschulle*). A preocupação com a educação dos filhos sempre foi uma característica dos imigrantes alemães. Isolados, em terras estranhas, os colonos escolhiam dentre eles o mais culto para que ensinasse às crianças noções básicas de ler, escrever e contar. O professor comunitário chamado de *Schullehrer*, ministrou suas primeiras aulas em meio ao encanto e à fascinação das crianças em descobrir um novo mundo: apropriar-se do conhecimento e orgulhar-se de saber ler e escrever. Seu papel era quase sempre comparável a de um sacerdote, ao de juiz de paz e ao de conselheiro. A palavra “schullehrer” traz ainda no coração e na memória do povo esta força de uma pessoa de referência central e imprescindível na comunidade. É da boca do professor que saíam as informações para a formação do caráter, da personalidade, do espírito comunitário e da doação.

O Bispo Alberto Etges(1977) sintetizou de melhor modo uma descrição do sentido e das funções do professor paroquial católico entre imigrantes alemães.

Por todo o longo tempo que existiu o professor paroquial, foi ele quase sem exceção, uma figura exponencial em numerosas comunidades de nossa diocese. Era um homem polivalente e preparado para o seu mister: professor e educador, catequista, diretor do culto dominical, regente de coral e organista, orientador e animador da comunidade, conselheiro do povo, colaborador do clero, pessoa de confiança das autoridades, um homem de fé, geralmente pobre e desprezado, reto, idealista, o líder. Nele se concentrava a vida cultural, religiosa e associativa da época.

Em 1850, Feliz possuía duas escolas paroquiais. Aos poucos, Escadinhas (1863) e Picada Cará (1875) também tem suas primeiras escolas, sempre construídas ao lado das capelas. O primeiro professor de nossa região foi o **professor Bartel**, e com destaque a muitos outros como **Wunibaldo Bohn**, de São Roque.

A partir de 1870, quando chegam os Jesuítas, a ação da Igreja Católica é de apoio especialmente às escolas comunitárias (chamadas de paroquiais) e o professor passa a ter uma base mais sólida de formação religiosa, em função de um Projeto Religioso, denunciando o perigo da Escola Pública.

A situação do professor era precária, o ordenado nem sempre era bom, pois os imigrantes não estavam acostumados a dispender dinheiro para a instrução dos filhos, devido às privações a que estavam sujeitos. Diante desse fato, a eficiência do ensino não podia ser muito boa. Os professores eram muito severos e os castigos aos alunos mal comportados eram aplicados com muito rigor. Outro fato problemático era a falta de frequência dos alunos em épocas de plantio e de colheita. Importante destacar que todos os conhecimentos eram transmitidos em alemão.

Nas assembléias gerais de católicos sempre era dado destaque especial à escola e ao professor paroquial. Assim, na primeira Assembléia em 1898, já se fundou a Assembleia de professores paroquiais (*Lehrerverein*), em 1900 fundou-se o Jornal do Professor Paroquial(*Lehrerzeitung*) e em 1923, a Escola Normal(*Lehrerseminar*). Em cada Assembléia eram discutidas as melhores maneiras de dinamização da escola paroquial, cercando-as das condições reais para o bom desenvolvimento do trabalho do professor paroquial. Já nas primeiras assembléias foi decidido que cada núcleo colonial tivesse, no ato de seu lançamento, a reserva de um lote para a Igreja (capela), para a escola, para o cemitério e nas proximidades a construção de casa e benfeitorias para a moradia do professor.

Professora Arlene Pedrotti – Membro da Comissão Resgate Histórico

1.6.2.1.2 A Escola da Comunidade Evangélica

A questão da escola sempre preocupou a comunidade, mas diante das grandes dificuldades iniciais, obviamente, as pessoas tinham que se conformar com muito pouco. As crianças protestantes iam, inicialmente, na escola católica que ficava localizada na estrada que leva ao Alto Feliz. Mais tarde, esta escola funcionou na Igreja Católica.

Depois de anos, foi fundada a pequena escola da Comunidade Evangélica de Feliz. Antes do Pastor Klasing assumir a escola em 1896, lecionaram os seguintes professores: Johann Dieter, Erdmann Bergmann, Robinson, Braun e Gadecker.

Em 1917, com a Primeira Guerra Mundial, a escola comunitária, em que se lecionava em alemão foi fechada.

O Pastor Weidmann, como professor nato, reativou novamente as atividades escolares que estiveram paradas durante um ano e meio. Logo, constatou que o espaço físico da escola não era mais suficiente, e assim, foi construída uma escola nova. Esta foi concluída na primeira metade do ano de 1920.

Os custos da construção foram pagos com o dinheiro obtido por empréstimos e pela venda de terras da comunidade.

Infelizmente, o Pastor Georg Weidmann havia deixado a comunidade em 1º de fevereiro de 1920, em virtude de desavenças com alguns membros da comunidade, sem esperar por um substituto.

Somente em julho de 1921 as atividades foram retomadas com a chegada do Pastor Holder.

Após vários anos relativamente tranquilos, a escola, no período da Segunda Guerra Mundial, foi fechada novamente. Na época, era professor o Pastor Lecke, da Alemanha, que recém havia chegado em Feliz. Sendo assim, a escola foi alugada como moradia ao Sr. Britz.

Somente depois de passado o período da Guerra a escola foi reaberta. Segundo o próprio Pastor Lecke, os alunos que haviam frequentado a escola anteriormente passaram a frequentar as escolas municipais ou estadual, e a maioria não retornou mais. Com isso, a escola foi desativada e a Comunidade Evangélica de Feliz ficou sem educandário próprio.

1.6.3 A Educação Ontem e Hoje

No Fórum Permanente de Discussão da Educação do Município de Feliz, realizado no dia 18 de setembro de 2006, os grupos de trabalho apresentaram relatos a partir do livro “O

Professor Paroquial – Magistério e Imigração Alemã”, de Lúcio Kreutz. Tal obra serviu de base para o estudo da educação em nosso município, procurando fazer um comparativo entre a educação no passado e nos dias de hoje:

FOCO: Escola	
ONTEM	HOJE
<p>*Era o centro educacional, religioso, social e cultural da vida da comunidade. O professor era o líder e muitas vezes substituía o padre ou pastor;</p> <p>*A escola fazia parte de um projeto de restauração religiosa da Igreja Católica. Pela Igreja Evangélica, a escola representava a fonte do saber para lerem e interpretar a Bíblia. A Bíblia era ao mesmo tempo um livro básico e auxiliar, servindo como instrumento de leitura na educação;</p> <p>*A escola era o elemento agregador da comunidade, em que o professor era o líder. O ensino era ministrado na língua alemã;</p> <p>* O objetivo da escola era ensinar os elementos básicos: a leitura, aritmética e religião;</p> <p>*A disciplina era rígida. O professor sabia tudo e o aluno não tinha nenhum conhecimento.</p>	<p>*A escola não é mais a referência da comunidade. A referência está atribuída a órgãos públicos;</p> <p>*O professor não é mais o líder, perdeu a autoridade, o respeito, não desempenhando mais as funções de outrora;</p> <p>*O currículo antes era determinado pela Igreja, hoje, pelo órgão público;</p> <p>*O ensino religioso não é mais o principal objetivo;</p> <p>*Os pais atribuem a responsabilidade da educação dos filhos à escola.</p>

FOCO: O Professor	
ONTEM	HOJE
<p>* Além de ser professor, deveria exercer ampla liderança social, sob orientação católica;</p> <p>* Eram contra o movimento do magistério laico (não ligado a religião católica);</p> <p>* Deveria ter caráter exemplar, preservar e</p>	<p>* A escola não está mais sob o mando da Igreja, mas do poder público;</p> <p>* O professor chega ao cargo por formação e concurso público;</p> <p>* A autoridade “professor” não existe mais;</p> <p>* O professor leciona, em sua maioria, para</p>

FOCO: O Professor	
<p>propagar as virtudes, um líder na comunidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> * Era rígido e tinha autoridade para isso; * Lecionava para várias turmas(unidocente); * Era respeitado por todos; * Para poder permanecer na Comunidade e exercer a função de professor, era avaliado integralmente (retidão moral e religiosa); * Tinha baixa remuneração, mas dispunha de moradia e terra para o cultivo de sua subsistência. Essa era doada pela Comunidade enquanto fosse professor; * Não era exigida formação superior. <p>Geralmente, o professor era a pessoa com maior formação na Comunidade e com retidão de caráter.</p>	<p>uma única série;</p> <ul style="list-style-type: none"> * O professor perdeu sua identidade e o respeito; * Tem estabilidade no emprego; * Desempenha, como naquela época, várias funções na escola.(diretor/professor-escolas rurais. Faz o papel de pai /mãe); * Continua com baixa remuneração; * É exigida formação superior.

FOCO: Alunos	
ONTEM	HOJE
<ul style="list-style-type: none"> * O aluno não participava. O conhecimento era imposto; * Recebia castigos físicos por rebeldia, falta de disciplina e por não dominar o conteúdo; * A prioridade do ensino era : ler, escrever e fazer mentalmente as quatro operações para aplicar no seu dia-a-dia; * O aluno era considerado uma tábula rasa. 	<ul style="list-style-type: none"> * O aluno hoje é questionador, sem limites, indisciplinado, desinteressado e, muitas vezes, mal educados. Além disso, não tem clara a importância do estudo e da sua formação; * Os pais não priorizam o conhecimento; * Hoje o conteúdo é bem mais amplo; * Os pais entregam para à escola a tarefa de educar.

FOCO: Valores	
ONTEM	HOJE
<ul style="list-style-type: none"> * Religiosidade: era o mais importante valor, pois representava o controle social e era uma 	<ul style="list-style-type: none"> * A religião está em segundo plano e ir à igreja é uma opção. Hoje existe a diversidade

FOCO: Valores	
<p>forma de disciplina rígida. A religião era a matéria mais importante;</p> <p>* Respeito: o temor impunha respeito e ordem;</p> <p>* Professor: era depois do padre e do pastor a maior autoridade;</p> <p>* Trabalho: era um valor priorizado desde a infância;</p> <p>* União: a comunidade se unia em prol de objetivos comuns;</p> <p>* Caráter: oriundo da educação da família.</p>	<p>religiosa. A disciplina de Ensino Religioso é obrigatória, mas trabalhada a partir de valores e na diversidade de credos;</p> <p>* Falta de respeito pelo professor por parte dos alunos.(Muitas vezes até pela família);</p> <p>* Professor deveria ter autoridade pelo menos na sala de aula;</p> <p>*Primeiro o lazer, depois o dever;</p> <p>* Individualismo nas relações;</p> <p>* Valorização dos conhecimentos.</p>

FOCO: Contexto Social	
ONTEM	HOJE
<p>*Trabalho desenvolvido em pequenas colônias (comunidades alemãs, com bagagem cultural própria, buscando uma vida melhor, fugindo de problemas do local de origem);</p> <p>* Os alemães chegam aqui com promessa de vida melhor: lotes de terra, sementes, instrumentos agrícolas, o que não foi cumprido pela política de governo;</p> <p>*Colonos abandonados pela própria sorte tiveram que lutar muito pela sobrevivência. Estabeleceram-se conforme os moldes de sua terra de origem onde a educação, a família e a religião eram primordiais. O professor era a pessoa mais culta da comunidade depois do Padre;</p> <p>*Neste contexto, os padres Jesuítas defenderam a religiosidade e a comuna rural, implantando o projeto de restauração católica.</p>	<p>*A tecnologia ampliou as possibilidades de conhecer mundo. Nossa sociedade é capitalista e consumista;</p> <p>*Valores sem base familiar, deturpados através da mídia, prevalecendo individualismo e deixando de lado o espírito comunitário.</p>

FOCO: Didática	
ONTEM	HOJE
<ul style="list-style-type: none"> * Disciplina rígida através do medo; * Função religiosa e política; * Aluno imaturo e incompleto. A criança não opina; * Professor dominava com segurança o conteúdo; * Pouco conteúdo, mas bem trabalhado; * Mantinham o foco de estudo numa linha teórica; * Conteúdos de matemática: cálculos mentais; * Conteúdos de português: alfabetização – silábico e alfabético; * Não aplicavam ou procuravam novos métodos de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> * Disciplina não tão rígida, sem medos; * Respeito a todos os credos; * Professor mediador. O conhecimento da criança é respeitado e considerado; * Professor busca constante atualização; * O conteúdo escolar cresce em virtude da globalização e das mudanças impostas pelo capitalismo; * Aproveita a situação que se estabelece na sala de aula para desenvolver conteúdos; * Alunos gostam e esperam por atividades criativas; * Pouco cálculo mental; * Alfabetização: não há um método específico; * Avanço muito rápido, excesso de informação; * Usam-se muito mais recursos visuais; * Aula diversificada e centrada no interesse do aluno; * Cada escola é livre para escolher seu método.

1.6.4 CARACTERIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FELIZ

A Educação no município de Feliz é formada pelas redes municipal, estadual e particular de ensino, as quais são caracterizadas a seguir.

1.6.4.1 Rede Municipal de Ensino

A Educação de Feliz tem seus registros escritos por canetas tinteiras, em que se recordam nomes que escreveram nossa história carregada pelo ideal do progresso.

A Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto aparece nos registros instituída a partir da nomeação de sua Orientadora de Ensino, pela portaria nº 7/61, de 16 de outubro de 1961. Timidamente organizada, sofreu, ao longo dos tempos, as mudanças necessárias a fim de cumprir e legislar sobre aquele que é o seu maior bem, a “educação” de seus munícipes. Embora tenha sofrido as devidas mudanças sugeridas pela Constituição de 1988, ainda apresenta a divisão hierárquica entre os diferentes segmentos que compõe cada unidade administrativa do Município. Os acontecimentos do passado continuam ainda enraizados no presente, porém com mudanças na estrutura educacional, buscando uma educação com qualidade que possa atingir a todos.

A Secretaria tem papel determinante na execução da Lei. De acordo com o art. 10, da Lei Municipal 1203/97, cabe a ela:

Organizar, executar, manter, administrar, orientar, coordenar e controlar as atividades do Poder Público, ligadas ao Ensino Fundamental, a Educação Infantil, a Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos, velando pela observância da respectiva legislação, das deliberações do Fórum Permanente de Educação e pelo cumprimento das decisões do Conselho Municipal de Educação, nas instituições que integram à Rede Pública Municipal de Educação.(BRASIL, 1997)

A Secretaria, ao velar pela observância da legislação, vela pelo seu próprio trabalho. E, ao velar pelo seu próprio trabalho e interesse, busca, ao longo destes anos, promover a descentralização do poder, uma vez que as escolas ainda dependem, em alguns aspectos, inclusive financeiramente, da mantenedora .

Podemos afirmar isso, pois as escolas estão construindo seus Projetos Políticos Pedagógicos e os professores estão elaborando os Planos de Estudo, que são aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Em 23 de dezembro de 1997 o município de Feliz deu um grande passo rumo a uma nova etapa na área educacional com a criação do Sistema Municipal de Educação. De acordo com a Lei 1.203 o Sistema Municipal de Educação tem em sua unidade os seguintes segmentos, como mostra o organograma:

1. As escolas da Rede Municipal;
2. O Conselho Municipal de Educação;
3. A Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto.

O Sistema Municipal de Educação de Feliz tem sua origem pelo disposto na **Constituição Federal de 1988**, em seu art. 211, que dispõe “*a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus Sistemas de Educação*”, na **Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989**, em seu art. 206, na **Lei Orgânica Municipal de 1990**, em seu art. 147, “O Município organizará seu Sistema de Ensino” e na **LDB, 1996**, art. 11, § ÚNICO - “os Municípios poderão optar por se integrar ao Sistema Estadual ou compor com ele um Sistema Único de Educação Básica.”

A Confederação Nacional dos Municípios define assim o Sistema Municipal de Educação:

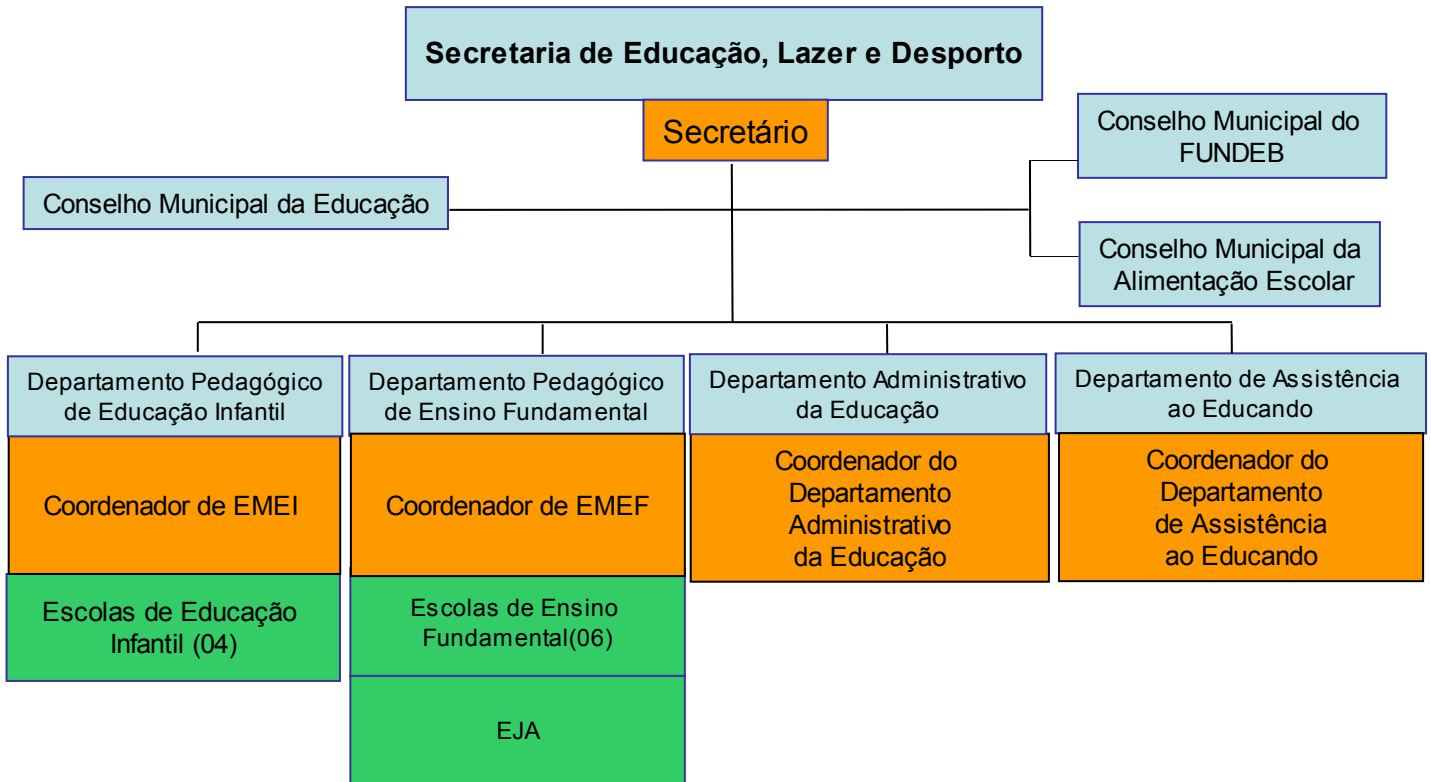
A institucionalização do Sistema Municipal de Educação consiste na concretização da autonomia do Município no âmbito da oferta da educação escolar a sua população. Com a organização do Sistema próprio, as escolas municipais deixam de integrar o Sistema Estadual de Educação, passando o Município a incumbir-se de baixar normas educacionais complementares às nacionais e autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos de ensino do sistema. Ao contrário, sem o sistema próprio, as escolas municipais ficam sujeitas às normas do Sistema de Educação do Estado, bem como dependem da autorização para funcionamento e supervisão do órgão Estadual competente. (BRASIL,1997)

Observamos que a Confederação Nacional dos Municípios tem uma preocupação quanto aos trâmites legais e burocráticos dos sistemas e dos estabelecimentos de ensino. Com o sistema próprio os dirigentes municipais passam a ter extremas vantagens quanto a desburocratização de seus serviços.

No entanto, essa desburocratização ainda não trouxe todas as mudanças e avanços necessários para que esse espaço, ou os espaços educativos que compõem o sistema, possam cumprir com a sua principal função, que é a transformação social.

Assim, considerando o que coloca Kosik¹, podemos compreender o Sistema Municipal de Educação de Feliz como um fenômeno social particular, um fato histórico que traz, em seu

¹KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. RJ. Paz e Terra. 2002. P.49 “Princípio metodológico da realidade social é o ponto da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno pode ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como momento de um determinado todo; desempenha portanto, uma função dupla, a única capaz de fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e mediação da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio.”



interior, especificidades que devem ser examinadas como parte de um determinado todo. Estas especificidades são exatamente as possibilidades, ou não, para que as mudanças graduais aconteçam e que possam alcançar uma ruptura, avançando para um novo momento, para um outro estágio qualitativo.

Na Constituição de 1934, aparece, pela primeira vez, que é de competência dos Estados e do Distrito Federal organizar e manter os sistemas educativos, respeitando, no entanto, as diretrizes estabelecidas pela União.

O Conselho Municipal de Educação foi criado em 4 de outubro de 1972, porém, nessa época, foi pouco atuante. Em 23 de maio de 1991, o Conselho Municipal de Educação e Cultura foi recriado. Em 1997, foi criado o Sistema Municipal de Ensino no Município de Feliz. Já em 30 de maio de 2006, houve a criação do Conselho Municipal da Cultura, desmembrando-se do Conselho Municipal de Educação.

O Conselho tem as seguintes funções:

- Consultiva, por emitir parecer em resposta a consultas da Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto, para resolver determinados assuntos educacionais, em especial, no que se refere aos projetos pedagógicos em geral.
- Fiscalizadora, em relação aos estabelecimentos do Sistema Municipal de Ensino, zelando pelo cumprimento da Lei e das Normas da Educação.
- Normativa, por elaborar atos normativos sobre o funcionamento dos estabelecimentos de

Ensino; aprovação de Regimentos das Escolas; criação de estabelecimentos de ensino público municipal e seu funcionamento, inclusive no que se refere à qualidade do ensino ministrado e outros, conforme as necessidades.

- Deliberativa, na emissão de atos deliberativos de aprovação de regimentos, autorização de escolas e também cursos, validação de estudos, declaração de equivalência, aprovação de planos de aplicação do salário educação relativos à quota municipal, criação de estabelecimentos municipais de ensino, autorização de funcionamento de novas séries e outros.

Atualmente, o Conselho Municipal de Educação cumpre sua função e, no que se refere ao interesse do Sistema Municipal de Educação quanto à “gestão democrática” contida no corpo da Lei, busca o cumprimento de suas próprias normatizações, tornando-se co-responsável pela educação e pelo ensino que temos.

Constata-se que o Conselho Municipal de Educação, órgão fundamental dentro do Sistema Municipal de Educação, demonstra a descentralização, procurando sempre o apoio de seu gestor, quanto a recursos, condições de trabalho e cumprimento de suas normatizações.

Outra instância deliberativa dos princípios norteadores das ações e da organização das instituições que integram o Sistema Municipal de Educação é o Fórum Municipal de Educação, que foi instituído em 2005 e conta com a participação de diversos representantes de entidades ligadas à educação. O Fórum, realizado anualmente, tem como objetivos aglutinar esforços para pensar a educação, articulando discussões e fazendo proposições referentes à realidade educacional.

Já o Plano de Carreira dos professores, aprovado no ano de 2006, trouxe alento e esperança para os profissionais, que tiveram o reconhecimento do seu trabalho posto em um ato legal e de direito. Mas, tudo isso ainda é pouco diante dos avanços e desafios que devemos buscar. Temos muito a construir em relação a gestão democrática. A participação da comunidade escolar é imprescindível para que as mudanças necessárias se efetivem, e assim, possamos juntos dar o salto qualitativo que nossa educação tanto necessita.

1.6.4.2 Rede Estadual de Ensino

A Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul tem uma estrutura que conta com 30 coordenadorias regionais sob coordenação direta da Secretária da Educação. Cada coordenadoria é responsável pelas políticas relacionadas as suas regiões, tendo como atribuições coordenar, orientar e supervisionar escolas oferecendo suporte administrativo e

pedagógico para a viabilização das políticas da secretaria.

Além disso, busca a integração entre alunos, famílias e a comunidade, oferecendo oportunidades de diálogo e de interação que promovam o compartilhamento de informações e a construção de conhecimentos, integrando a escola à prática social.

A Coordenadoria Regional de Educação representa a Secretaria na área de sua jurisdição, tendo como atribuições também o fornecimento de pessoal qualificado para atuar nas escolas e a gestão de seus recursos financeiros e de infra-estrutura.”

O município de Feliz pertence à 2ª Coordenadoria Regional de Educação, cuja sede está localizada em São Leopoldo, e é responsável pela Rede Estadual de Ensino. No município de Feliz é composta por cinco escolas: Escola Estadual de Ensino Fundamental Ivonny Kayser, da localidade de Escadinhas; Escola Estadual de Ensino Fundamental Marquês do Herval, do Arroio Feliz; Escola Estadual de Ensino Fundamental Dóris José Schlatter, de Picada Cará; Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Saturnina Ruschel, localizada no centro do município e Colégio Estadual Professor Jacob Milton Bennemann, também localizado no centro. Apenas esta última contempla o ensino médio, sendo que as demais atendem somente os alunos de Ensino Fundamental. A única escola que possui classes multisseriadas é a Escola Estadual de Ensino Fundamental Dóris José Schlatter. *O total de alunos atendidos na Rede Estadual é de mil quinhentos e onze (1.511) sendo mil e setenta e quatro (1.074) do Ensino Fundamental e quatrocentos e trinta e sete (437) do Ensino Médio. (ano/base 2009)*

1.6.4.3 Rede Particular de Ensino

É um sistema caracterizado por possuir instituições de ensino privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996. A Rede Particular de Ensino geralmente é mantida por recursos próprios ou através de anuidades pagas pelos alunos.

A Rede Particular de Ensino no município é composta por duas escolas: a Escola Imaculado Coração de Maria e a Escola de Educação Especial Um Sorriso a Mais – APAE.

A **Escola Imaculado Coração de Maria** atende quarenta e três alunos da Educação Infantil e cento e vinte e cinco do Ensino Fundamental. Possui vinte professores que trabalham por projetos (ano/base 2009), os quais tem como missão promover a vida, através da vivência de valores cristãos, proporcionando a construção do conhecimento e

crecendo na metodologia dinâmica, desafiadora e participativa para transformar a realidade.

A Escola Imaculado Coração de Maria faz parte da vida e da história do povo de Feliz e região. São mais de 60 anos de dedicação, serviço e amor em prol da educação. As primeiras Irmãs Escolares de Nossa Senhora provenientes da Alemanha chegaram ao Brasil em 1935 e em 1948 vieram para Feliz a pedido da comunidade local com o objetivo de assumir as “Pfarrschulen” ou Escolas Comunitárias Paroquiais.

Atualmente a Escola Imaculado Coração de Maria, pertence à Congregação das Irmãs Escolares de Nossa Senhora – IENS, sob administração da Mantenedora Sociedade Literária e Caritativa Santo Agostinho com sede em Porto Alegre. É uma instituição de ensino que prioriza a formação de crianças e adolescentes a partir de valores.

Na prática pedagógica, busca proporcionar ao educando condições de ser sujeito de sua história relacionando-se com o mundo, consigo mesmo, com os outros e com Deus para saber questionar, optar, criar, decidir à luz dos valores cristãos em vista de seu crescimento integral e para que se torne em agente de mudanças, um cidadão livre e responsável.

A **Escola de Educação Especial Um Sorriso a Mais – APAE**, atende 63 alunos oriundos em sua maior parte do município de Feliz, e também de outros municípios vizinhos como Bom Princípio, São Vendelino, Vale Real e Alto Feliz.

O educandário tem como objetivo principal oportunizar um espaço de transição e construção de uma vida mais autônoma e saudável das pessoas com necessidades especiais e suas famílias.

2. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE FELIZ

O Plano Municipal de Educação não se caracteriza como um Plano da Rede de Ensino Municipal, mas sim como o Plano de Educação do Município, que será integrado ao Plano Nacional de Educação.

Deste modo, o município de Feliz tem em sua composição as esferas municipal, estadual e particular, que contemplam os seguintes níveis:

2.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1.1 Educação Infantil – Ano Base 2008/2009

A Educação Infantil no município de Feliz é contemplada nas redes municipal e particular.

Na rede municipal, a Educação Infantil é disponibilizada em quatro Escolas de turno integral, contemplando crianças de 0 a 6 anos, nos níveis berçário, maternal e jardim, sendo assim denominadas:

- **Escola Municipal de Educação Infantil Criança Feliz:** localizada no bairro Matiel, atende cento e vinte e cinco crianças com idade de 0 a 6 anos, nas turmas de Berçário, Maternal e Jardim, nos turnos da manhã e tarde. Além da Diretora e Vice-Diretora, trinta e seis servidoras são responsáveis pelo atendimento;
- **Escola Municipal de Educação Infantil Bem-me-quer,** situada no bairro Vila Rica, conta com a Diretora e vinte e quatro funcionárias que atendem cem crianças, também com idade de 0 a 6 anos, nas turmas de Berçário, Maternal e Jardim, nos turnos da manhã e tarde;
- **Escola Municipal de Educação Infantil Sorriso Feliz:** localizada no bairro Bom Fim, possui a Diretora e vinte e três funcionários responsáveis pelo atendimento de noventa e seis crianças, de 0 a 6 anos;
- **Escola Municipal de Educação Infantil Criança Esperança:** conta com a Diretora e doze funcionárias no atendimento de quarenta e cinco crianças da localidade de São Roque.

Além disso, as Escolas de Ensino Fundamental abaixo citadas também atendem a Educação Infantil, com crianças de 4 a 6 anos, nas turmas de Jardim A e B: Escola Municipal de Ensino Fundamental Conselheiro João Braun, Escola Municipal de Ensino Fundamental Albino Zimmermann, Escola Municipal de Ensino Fundamental A.J.

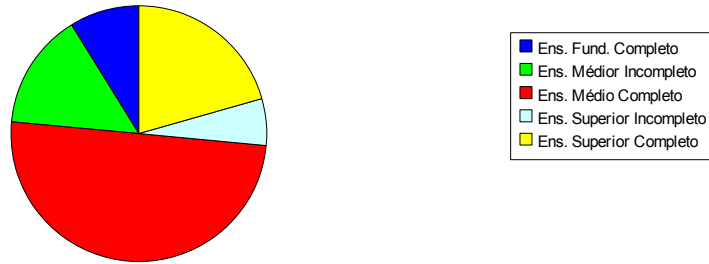
Renner e Escola Municipal de Ensino Fundamental Arthur Ernesto Gutheil.

Há também a Escola Imaculado Coração de Maria, da rede particular, que atende quarenta e três crianças na Educação Infantil, a partir dos 3 anos de idade.

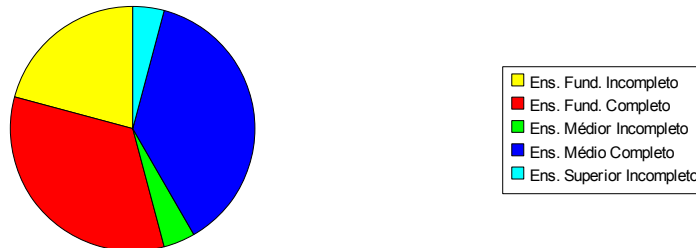
Na pesquisa realizada junto às escolas acima citadas, que oferecem a Educação Infantil, além do número de crianças atendidas, questionou-se sobre o quadro de profissionais, sua formação e as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola, a infra-estrutura e a origem dos recursos para administrar o educandário, além da assistência ao educando na área nutricional, médica, odontológica e psicológica.

A partir dos dados apurados nos questionários, foram construídos os seguintes gráficos tendo como ano/base 2008:

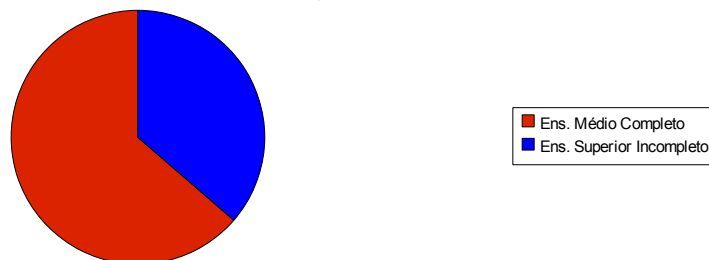
Formação assistentes das escolas municipais de Educação Infantil



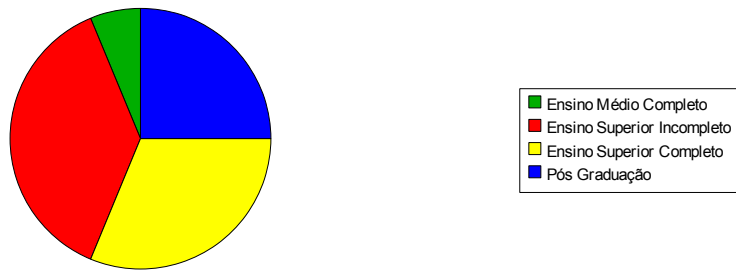
Formação serventes das escolas municipais de Educação Infantil



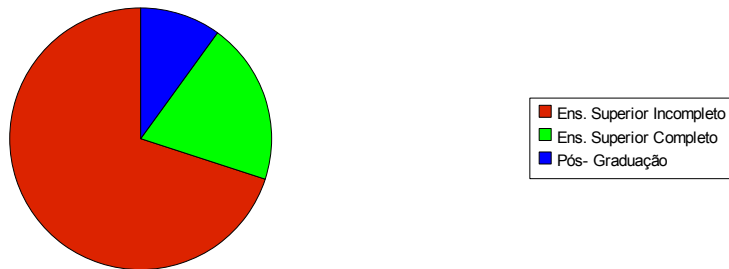
Formação monitores das escolas municipais de Educação Infantil



Formação professores das Escolas de Educação Infantil do município



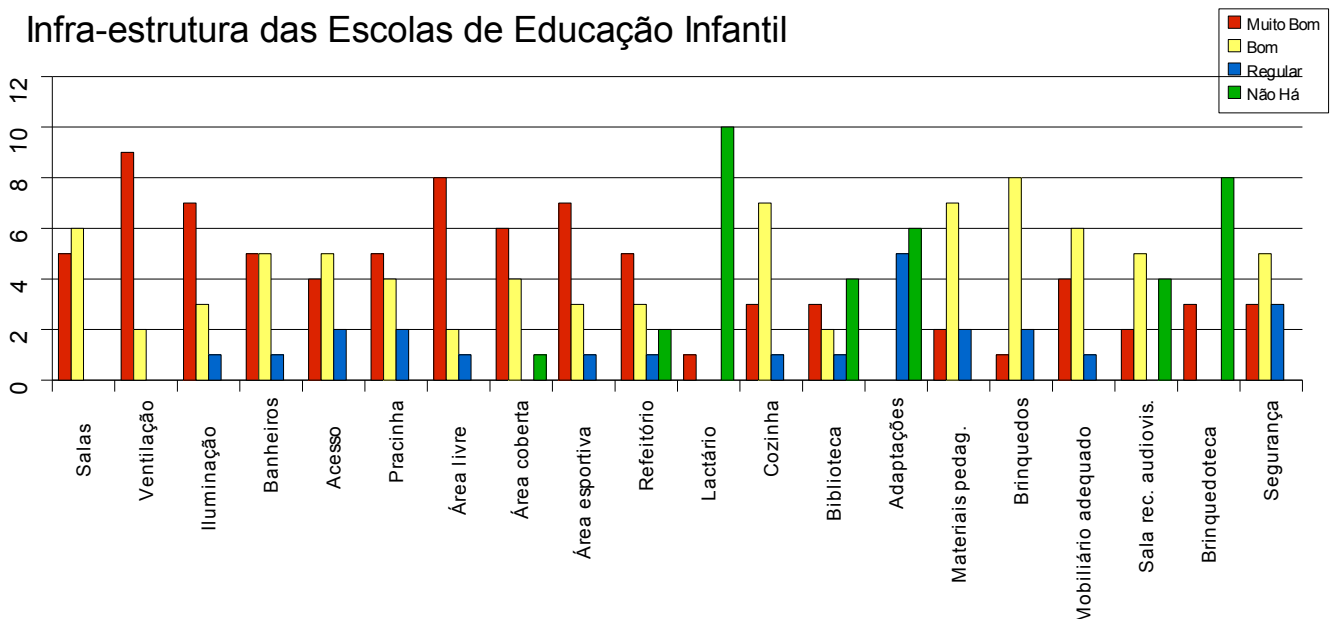
Formação educadoras das escolas municipais de Educação Infantil



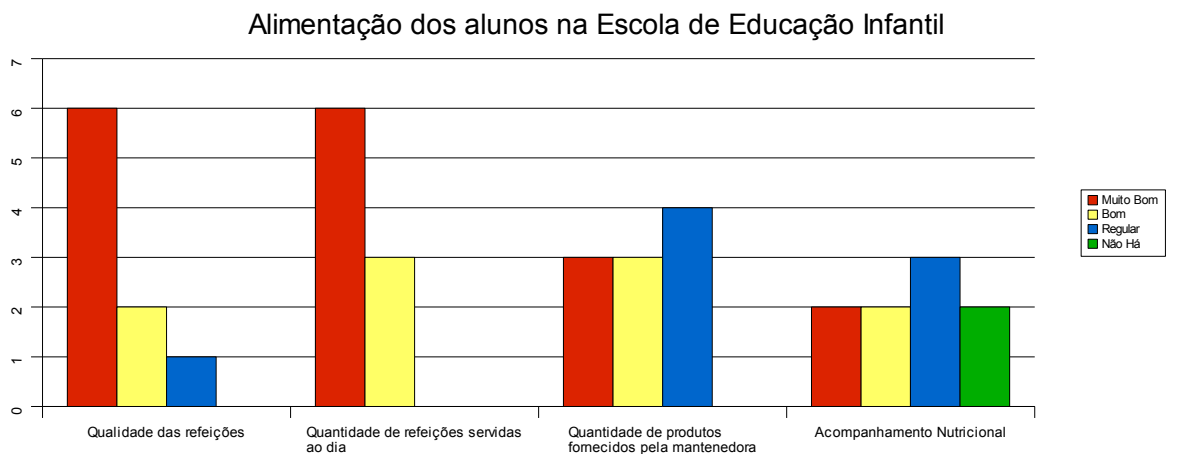
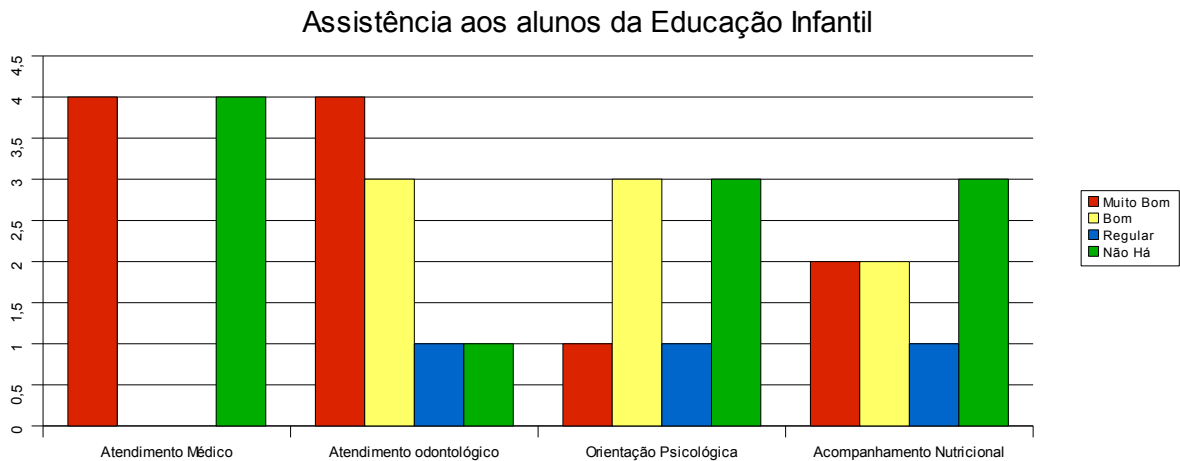
Constata-se que, os diretores possuem a formação adequada para o exercício do seu cargo, ou seja, o ensino superior completo, bem como, buscam atualização através de cursos de pós-graduação. No que se refere aos professores, a maioria está cursando o ensino superior, sendo que muitos já estão graduados. Os monitores possuem o Ensino Médio completo e estão cursando a graduação. Constata-se também que a maioria das assistentes e serventes possui o Ensino Médio completo.

A infra-estrutura das escolas de Educação Infantil das Redes Particular, Estadual e Municipal de Ensino pode também ser evidenciada a partir do gráfico abaixo:

Infra-estrutura das Escolas de Educação Infantil



No que se refere aos atendimentos proporcionados aos alunos, têm-se os seguintes gráficos, os quais demonstram que as escolas, especialmente as da rede municipal, são contempladas com atendimentos dos profissionais da saúde, sendo este serviço considerado bom.



Em relação às capacitações oferecidas pelas entidades mantenedoras das escolas de Educação Infantil, verifica-se que, na Rede Particular, não há cursos gratuitos oferecidos pelas escolas e/ou entidades mantenedoras. Já na Rede Municipal, são oferecidos mensalmente e gratuitamente, diversos cursos.

A prática pedagógica na Educação Infantil da rede particular ocorre através de projetos, assim como nas escolas das escolas municipais.

Para as escolas particulares, o Programa “A União faz a Vida” foi citado como parceiro, auxiliando no desenvolvimento de ações no educandário. As escolas municipais também citaram o Programa “A União faz a Vida” e diversas entidades como clubes de futebol, igrejas, clube de mães, Programa de Esporte e Lazer na Cidade, empresas,

cooperativa da FENAMOR, além de pessoas da própria comunidade, como parceiros do educandário.

2.1.2 Ensino Fundamental – Ano Base 2008/2009

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Ensino Fundamental no Brasil tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante:

“I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidade e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.”

Pela LDBEN, os estados e municípios incumbem-se de definir formas de colaboração na oferta do Ensino Fundamental, o que pode trazer grandes benefícios, pois ações conjuntas – bem planejadas, renovadas em seu espírito e reforçadas em seus meios – podem permitir uma recuperação do nosso sistema educativo.

Para que isso ocorra, a Lei 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, estabelece a ampliação do Ensino Fundamental, obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade. Esta alteração tem como objetivo assegurar a todas as crianças um tempo mais longo no convívio escolar, mais oportunidades de aprender e um ensino de qualidade. Essa é a proposta do Ministério da Educação, com a implantação do Ensino Fundamental de nove anos. A intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do Ensino Fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos.

A ampliação do Ensino Fundamental foi implantada nas escolas da rede municipal no ano de 2006, e nas escolas da rede particular e estadual no ano de 2007. Tais redes somam dezessete escolas, as quais são apresentadas e caracterizadas a seguir.

A Rede Municipal de Ensino contempla seis escolas de Ensino Fundamental, assim denominadas:

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego Alberto Schwade**, tem matriculadas mais de cento e setenta crianças da localidade de São Roque e de outras localidades vizinhas como Coqueiral, Bananal, Linha Temerária, Picada Cará e Nova Caxias. Conta com quatro funcionárias e dezenove professores, dentre eles Diretora e Vice-Diretora, que atuam na instituição nos turnos da manhã e tarde, do 1º ano a 8ª série. Além disso, oferece a Complementação Pedagógica, para alunos até nove anos de idade, no turno oposto ao de aula.

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental Alfredo Spier**, localizada no bairro Matiel, conta com mais de duzentos alunos matriculados do 1º ano à 8ª série do Ensino Fundamental. Possui um monitor, cinco funcionárias e vinte e dois professores, dentre eles Diretora e Vice-Diretora. Oferece Complementação Pedagógica no turno oposto ao da aula para crianças com até nove anos de idade.

No turno da noite está implantado o Núcleo Municipal de Educação de Jovens e Adultos – NUMEJA, que atende trezentos e setenta alunos do Ensino Fundamental e cento e cinquenta alunos do Ensino Médio.

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental Albino Zimmermann**, sediada na localidade de Linha Temerária, conta com duas professoras e uma funcionária que atendem nove crianças do 1º ano a 4ª série do Ensino Fundamental e seis crianças da Educação Infantil, no turno da tarde.

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental Arthur Ernesto Gutheil**, localizada em Roncador, atende quinze crianças do 1º ano à 4ª série do Ensino Fundamental e oito crianças da Educação Infantil, no turno da tarde. Conta com duas professoras e uma funcionária.

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental A. J. Renner**, da localidade de Coqueiral, conta com sete crianças do 1º ano à 4ª série do Ensino Fundamental e duas crianças da Educação Infantil no turno da tarde, que recebem atendimento de uma professora e uma funcionária.

- **Escola Municipal de Ensino Fundamental Conselheiro João Braun**, da localidade de Escadinhas, conta com três professoras e uma funcionária que atendem onze alunos do 1º ano à 4ª série do Ensino Fundamental e vinte e três crianças da Educação Infantil no turno da tarde.

Já a Rede Estadual, também responsável pelo Ensino Fundamental, conta com cinco escolas, assim nomeadas:

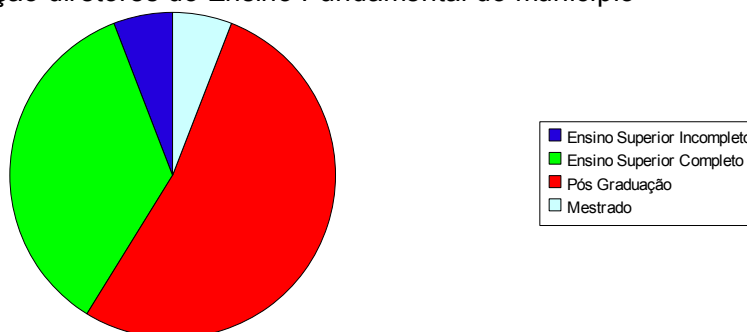
- **Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Saturnina Ruschel**, localizada na área central do município, possui trezentos e cinquenta e três alunos do 1º ano à 8ª série, nos turnos da manhã e tarde, que são atendidos por vinte e seis professores e seis funcionários.

- **Escola Estadual de Ensino Fundamental Marquês do Herval**, sediada na localidade de Arroio Feliz, conta com duas funcionárias e catorze professores atuando do 1º ano à 8ª série nos turnos da manhã e tarde, atende cento e cinquenta e quatro alunos;
- **Escola Estadual de Ensino Fundamental Ivonny Kayser**, situada na localidade de Escadinhas, atende cento e oitenta e nove alunos do 1º ano à 8ª série, possuindo em seu quadro dezoito professores e quatro funcionárias.
- **Escola Estadual Ensino Fundamental Dóris José Schlatter**, localizada na Picada Cará, possui vinte e quatro alunos no turno da manhã, que são atendidas por duas professoras e uma funcionária.
- **Colégio Professor Jacob Milton Bennemann**, situado na área central da cidade, atende duzentos e setenta e cinco alunos do Ensino Fundamental nos turnos da manhã e tarde, contando com dezessete professores. Já no Ensino Médio desta mesma escola existem quatrocentos e trinta e sete alunos matriculados, atendidos por vinte e quatro professores, nos três turnos. O quadro de funcionários é composto por: cinco serventes, dois secretários, dois bibliotecários e um assistente financeiro. Já o quadro administrativo é composto por: Diretor, três Vice-Diretoras, três Supervisoras e uma Orientadora Educacional.

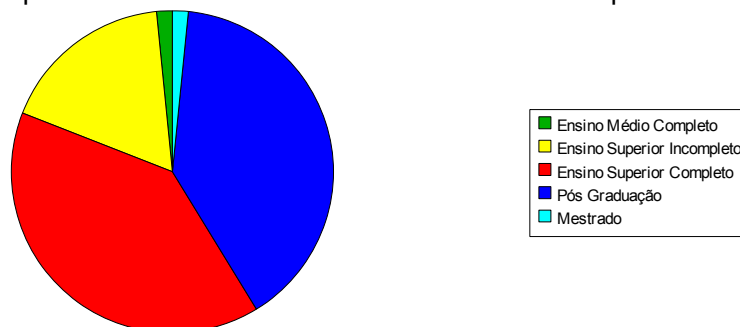
Na rede particular, a **Escola Imaculado Coração de Maria**, situada no centro da cidade, conta com dez professores que atendem cento e vinte e cinco alunos do Ensino Fundamental e quarenta e três crianças da Educação Infantil.

O diagnóstico do Ensino Fundamental pode ser observado através dos gráficos abaixo, cujos dados têm como ano/base 2008. A análise inicia com a formação dos profissionais que atuam nas escolas:

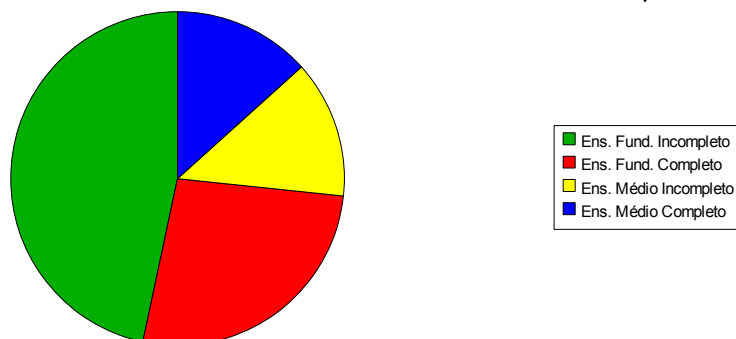
Formação diretores do Ensino Fundamental do município



Formação professores do Ensino Fundamental do município



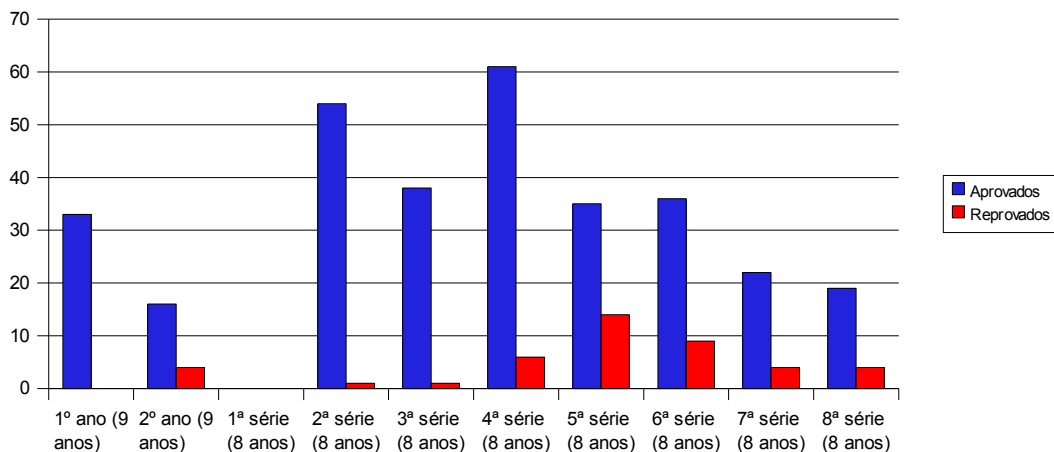
Formação dos funcionários do Ensino Fundamental do município



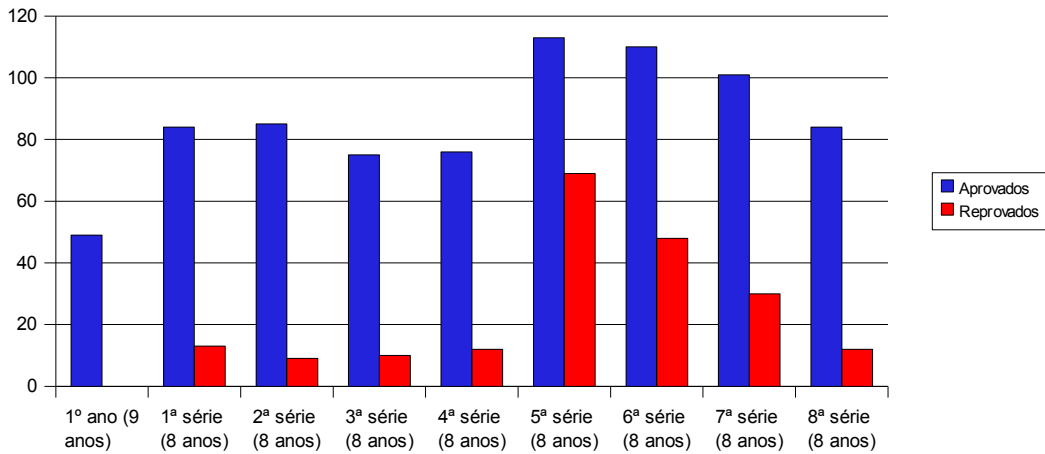
Quanto à formação dos profissionais – diretores e professores, constata-se que a maioria já realizou cursos a nível de pós-graduação, sendo que um número expressivo possui o Ensino Superior completo e uma minoria cursou apenas o Ensino Médio. Já a maioria dos funcionários possui o Ensino Fundamental incompleto.

Em relação ao aproveitamento escolar dos alunos do Ensino Fundamental, têm-se os dados referentes ao ano letivo de 2007, que demonstram bons índices de aprovação nas redes municipal e particular, sendo mais elevados os índices de reprovação na rede estadual:

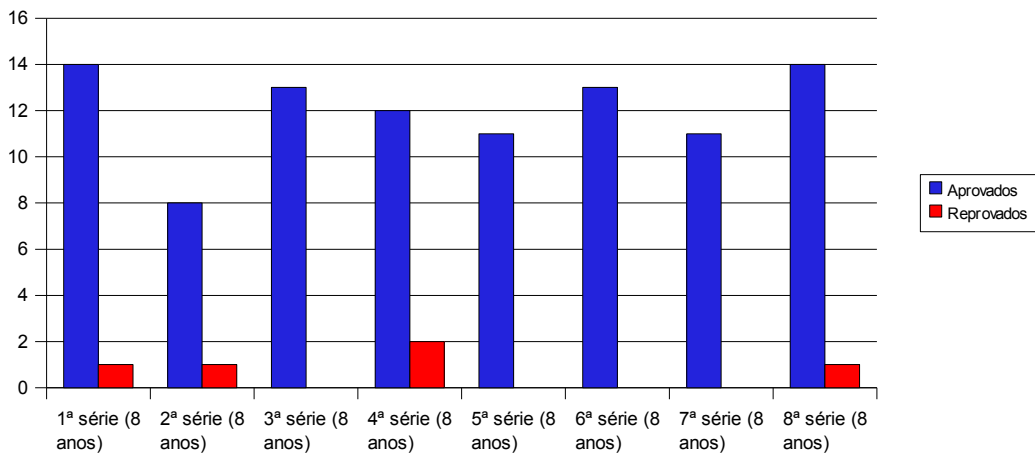
Aproveitamento do Ensino Fundamental da Rede Municipal



Aproveitamento do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais

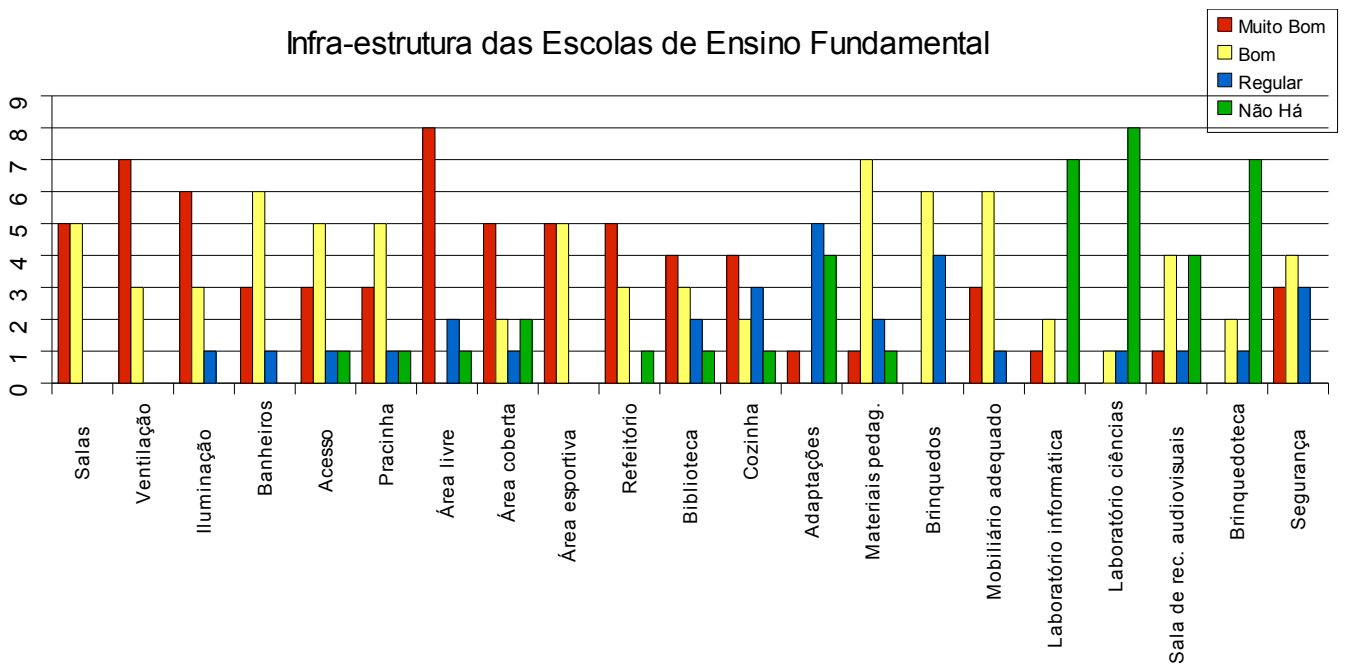


Aproveitamento do Ensino Fundamental da Rede Particular

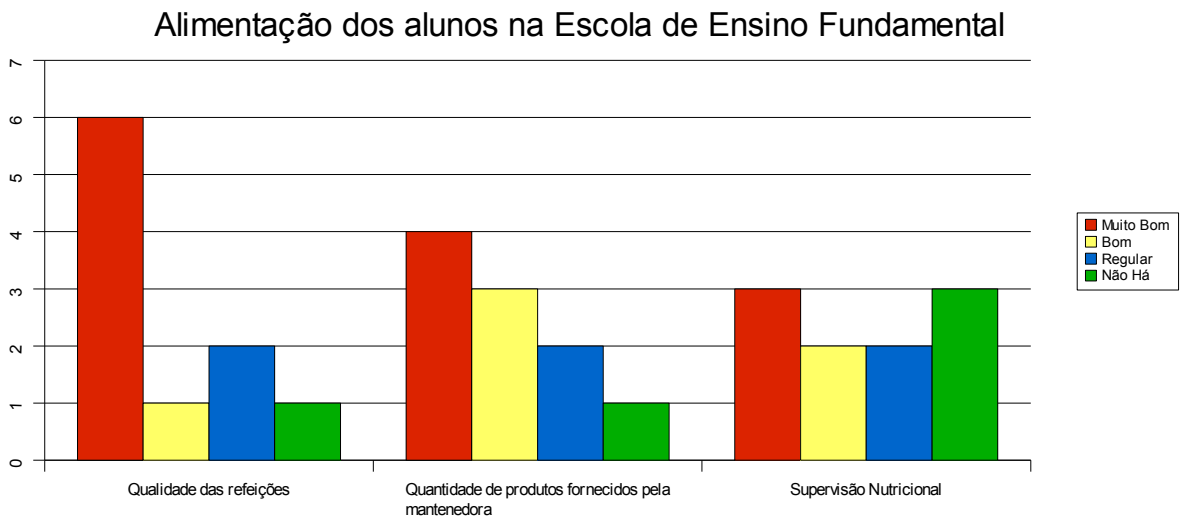
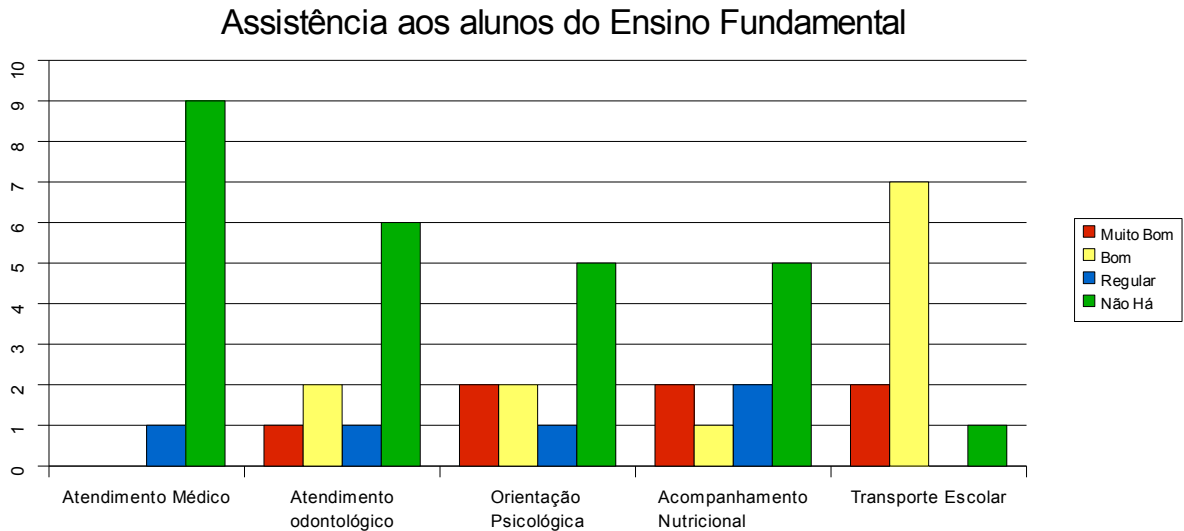


A situação da infra-estrutura das escolas de Ensino Fundamental das três Redes de Ensino pode ser evidenciada no gráfico a seguir:

Infra-estrutura das Escolas de Ensino Fundamental



No que se refere aos atendimentos proporcionados aos alunos, têm-se os seguintes gráficos, de acordo com as informações coletadas junto às três Redes de Ensinos. Tais gráficos demonstram que as escolas, especialmente as da rede municipal, são contempladas com atendimentos dos profissionais da saúde, sendo este serviço considerado bom:



As escolas de Ensino Fundamental também foram questionadas a respeito das capacitações oferecidas pela entidade mantenedora aos professores de cada rede.

A escola particular respondeu que alguns cursos são pagos pela entidade, sendo que os professores que quiserem se atualizar, devem fazê-lo por conta própria.

Já as escolas municipais tem previsto no seu calendário um dia por mês de capacitações, que propiciam a discussão sobre diversas temáticas pedagógicas, além da

construção dos planos de estudos, plano municipal de educação, entre outros.

Na rede estadual, as capacitações oferecidas pela mantenedora são raras, sendo que as escolas precisam prevê-las e organizá-las. Além disso, a carga horária dos professores impede que muitos participem das atividades propostas pela escola fora do horário de aula.

Outro aspecto bastante importante para ser apresentado é a origem dos recursos para manter as escolas. A escola particular recebe verbas da mantenedora, das mensalidades dos pais e ainda mantém parceria com o Programa “A União Faz a Vida”. Já as escolas públicas recebem auxílio de verbas provenientes das contribuições espontâneas dos pais, da realização de festas e rifas, da parceria com o Programa “A União Faz a Vida”, da participação do Programa “Nota Solidária”, no caso das escolas estaduais, do Governo Federal através do Programa Dinheiro Direto na Escola do FNDE, além das doações da comunidade.

Dentre as principais dificuldades em administrar as escolas de ensino fundamental, destacam-se a falta de recursos financeiros e humanos, a pouca participação dos pais e da comunidade nas ações realizadas pela escola, a falta de comprometimento dos alunos, entre outros.

2.1.3 Ensino Médio

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Ensino Médio deve possibilitar aos alunos a integração ao mundo contemporâneo nas dimensões fundamentais da cidadania e do trabalho, tendo-se em vista a consolidação do Estado democrático, as novas tecnologias e as mudanças na produção de bens, serviços e conhecimentos.

Deste modo, a proposta curricular para o Ensino Médio deve se pautar nas constatações sobre as mudanças no conhecimento e seus desdobramentos, no que se refere à produção e às relações sociais de modo geral. Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral, em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização.

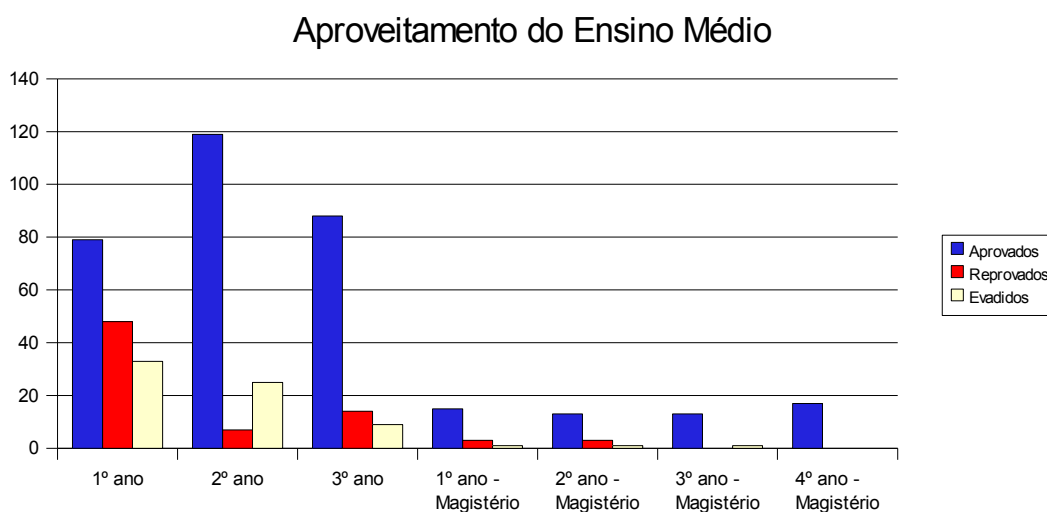
No Brasil, o Ensino Médio foi o que mais se expandiu, considerando como ponto de partida a década de 80. De 1988 a 1997, o crescimento da demanda superou 90% das matrículas até então existentes. Em apenas um ano, de 1996 a 1997, as matrículas no Ensino Médio cresceram 11,6%.

É importante destacar, entretanto, que o índice de escolarização líquida neste nível de ensino, considerada a população de 15 a 17 anos, não ultrapassa 25%, o que coloca o Brasil

em situação de desigualdade em relação a muitos países, inclusive da América Latina.

No município de Feliz, o **Colégio Professor Jacob Milton Bennemann** é a única escola regular de Ensino Médio, contando com quatrocentos e trinta e sete alunos matriculados. Para a formação destes alunos, a maioria dos professores possui o ensino superior completo, pós-graduação e ainda, mestrado. Além disso, a escola oferece o Curso Normal para a formação de professores.

Em relação ao aproveitamento escolar dos alunos do Ensino Médio, têm-se os dados referentes ao ano letivo de 2007:



Percebe-se que no 1º ano do Ensino Médio, os índices de reprovação e evasão são altos e que vão diminuindo nas séries seguintes. Já entre os alunos do Curso Normal há poucos reprovados e evadidos.

Dentre as dificuldades em administrar a Escola de Ensino Médio, a direção da escola cita os fatores pedagógicos, financeiros e disciplinares, sugerindo investimentos nos setores de infra-estrutura e de ordem pedagógica.

A partir de 2008, o **Núcleo Municipal de Educação de Jovens e Adultos** da Escola Municipal Alfredo Spier passou a oferecer o Ensino Médio aos alunos maiores de 18 anos, os quais têm a possibilidade de realizar seus estudos de modo presencial ou à distância, sendo que a escola oferece plantão de atendimento dos professores e provas.

2.2 ENSINO SUPERIOR

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases, a educação superior, um dos níveis da educação formal brasileira, é ministrada em instituições de educação superior públicas e privadas, e tem por finalidade, conforme estabelece o art.43 da Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, tornando-as aptas para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, propiciando-lhes ainda formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento sobre o homem e o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a conseqüente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela relações de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Em nosso município, os alunos oriundos do Ensino Médio, procuram qualificação através da educação superior em diferentes faculdades, públicas e privadas. Atualmente, cursos de graduação e pós-graduação da ULBRA, nas modalidades à distância e semi-presencial, são ministrados na cidade. Ainda, grande parte dos alunos procura universidades nas cidades vizinhas, como São Leopoldo, Caxias do Sul, São Sebastião do Caí, entre outras.

2.3 MODALIDADES DE ENSINO

2.3.1 Educação Especial

De acordo com as diretrizes da política nacional, a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, que realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a

sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

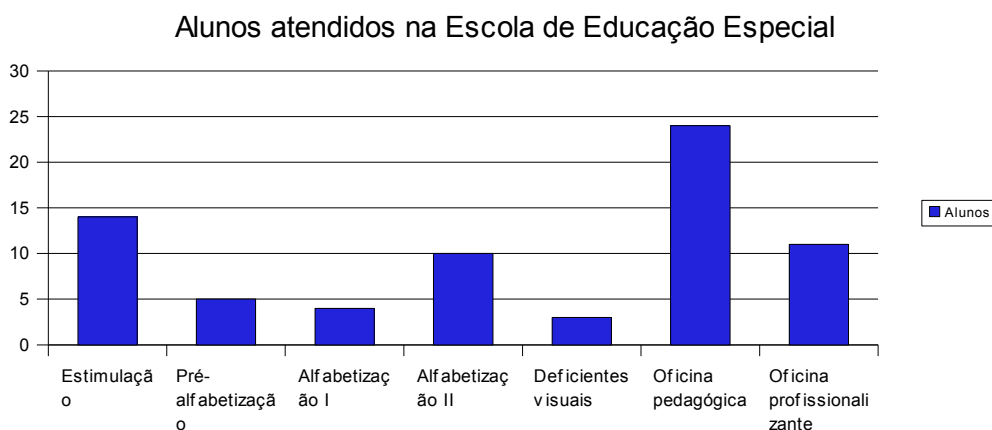
O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

No município de Feliz, o atendimento educacional especializado é realizado através de convênio na **Escola de Educação Especial Um Sorriso a Mais**, que recebe crianças de diversos municípios como Bom Princípio, São Vendelino, Vale Real e Alto Feliz, oportunizando um espaço de transição e construção de uma vida mais autônoma e saudável, e dando suporte às pessoas com necessidades especiais e suas famílias.

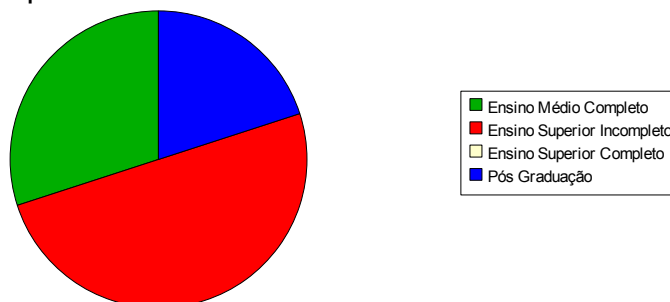
Na escola, as turmas são formadas a partir das necessidades dos alunos, sendo na prática, divididas nas seguintes etapas: estimulação, pré-alfabetização, alfabetização I, alfabetização II, oficinas pedagógicas, oficinas profissionalizantes e deficientes visuais. Além disso, os alunos participam de aulas de informática, educação física, música/canto. O trabalho tem como base os princípios do sistema educacional brasileiro integrado à proposta da APAE, que tem como tema: *APAE educadora – a escola que buscamos*, estando comprometida com a aprendizagem e inclusão social de crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais.

O gráfico abaixo demonstra o número de alunos atendidos em cada nível:



Estes alunos são atendidos por mais de 10 professores com a seguinte formação:

Formação professores do Ensino Fundamental



Além destes, há ainda uma equipe de profissionais especializados que atendem nas seguintes áreas: psicologia, psicopedagogia, neurologia, nutricional, fisioterapia, fonoaudiologia e assistência social, totalizando aproximadamente 45 atendimentos de alunos de escolas regulares.

Dentre as deficiências tratadas, podem ser citadas: síndrome de Down, síndrome do X frágil, síndrome Werdnig Hoffmann, mucopolissacaridose, paralisia cerebral, paralisia facial, deficiência visual, deficiência mental sem especificação, deficiência múltipla, traumatismo crânio encefálico, sem deficiência porém com sintomas neuróticos ou problemas emocionais, importante dificuldade de aprendizagem (com 3 ou mais anos de defasagem escolar), hiperatividade.

Diante deste quadro, os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso – inclusão – aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliários – e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

2.3.2 Educação de Jovens e Adultos

Embora o Sistema Educacional Brasileiro abrigue 36 milhões de crianças, o quadro sócio-educacional seletivo continua a reproduzir excluídos dos Ensinos Fundamental e Médio, mantendo adolescentes, jovens e adultos sem escolaridade obrigatória completa. A fim de diminuir a distorção idade/ano, temos o ensino supletivo.

A Educação de Jovens e Adultos atende adultos ou jovens, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada; estudantes que aspiram a trabalhar; trabalhadores que

precisam estudar, tornando-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente

No município de Feliz, na **Escola Municipal Alfredo Spier**, a Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Médio é contemplada pelo **Núcleo Municipal de Educação de Jovens e Adultos – NUMEJA**. O Ensino Fundamental é dividido em duas etapas: Etapa I - séries iniciais e Etapa II - séries finais. Na Etapa I, a aula é presencial, e na Etapa II o aluno constrói o próprio tempo de estudo através de módulos com aulas presenciais ou à distância, sendo que a escola oferece plantão de atendimento dos professores e provas. O Ensino Médio também é desenvolvido por módulos e com atendimento dos professores.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma reparação, não só da entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento do direito de igualdade de todo e qualquer ser humano. Mas a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades sócio-culturais destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais.

No ano de 2009, estão matriculados seis alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Em torno de trezentos e setenta alunos estão cursando as séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, são cento e cinquenta alunos matriculados.

Este serviço, função do Estado, se dá não só via complementaridade entre os poderes públicos, sob o regime de colaboração, mas também com a presença e a cooperação das instituições e setores organizados da sociedade civil. Embora o Município seja uma instância privilegiada tanto para o contato mais próximo com estes jovens e adultos, quanto para o controle que os mesmos podem exercer sobre o conjunto das políticas

A educação, como uma chave indispensável para o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, vai se impondo cada vez mais nestes tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos. Ela possibilita ao indivíduo jovem e adulto retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extra-escolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado.

A rigor, as unidades educacionais da EJA devem construir, em suas atividades, sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que as procuram. Tais unidades educacionais da EJA devem promover a autonomia do jovem e adulto de modo que eles sejam sujeitos do aprender a aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver.

2.3.3 Educação Tecnológica e Formação Profissional

Educação profissional é um conceito de ensino abordado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), complementada pelo Decreto 2.208, de 17 de abril de 1997 e reformado pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004.

O principal objetivo da educação profissional é a criação de cursos voltados ao mercado de trabalho, tanto para estudantes, quanto para profissionais que buscam ampliar suas qualificações.

Há três níveis de educação profissional segundo a legislação brasileira:

Nível básico: Voltado para pessoas de qualquer nível de instrução e que pode ser realizado por qualquer instituição de ensino.

Nível técnico: Voltado para estudantes de Ensino Médio ou pessoas que já possuam este nível de instrução. Pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das secretarias estaduais de educação.

Ainda como fundo para o tratamento da questão das competências a serem desenvolvidas na educação profissional, vale ressaltar alguns pontos da atual configuração da educação, a saber:

- a educação profissional é uma modalidade própria de educação, que deve estar articulada com a educação básica e, no caso do nível técnico, ser complementar ao ensino médio;
- à educação básica cabe o desenvolvimento de competências básicas da pessoa e do cidadão, bem como a preparação geral para o trabalho como dimensão da cidadania;
- as competências básicas a serem desenvolvidas no ensino médio estão concentradas, pelas Diretrizes Curriculares que lhe dizem respeito, em quatro áreas: Códigos e Linguagens e suas Tecnologias, Ciências Naturais, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias;
- a educação profissional requisita competências básicas, que devem ou deveriam ser garantidas pela educação básica - ensinos fundamental e médio, sendo que a verificação e, se for o caso, a recuperação das mesmas, em etapas ou módulos de entrada ou de nivelamento de bases, por exemplo, são previsíveis, considerando as atuais condições e os resultados ainda insatisfatórios da educação chamada geral.

O **Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - Unidade de Feliz** surge como uma necessidade vital da região do Vale do Rio Caí, suprimindo carências de mão-de-obra qualificada e investindo nas potencialidades características do lugar.

A Escola tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, através da oferta da Educação Profissional de qualidade para jovens e adultos, em nível técnico e básico (qualificação), visando a sua inserção no mercado de trabalho, estimulando o empreendedorismo e colaborando para a formação crítica e social do cidadão.

A implantação da Escola Técnica representa um grande avanço para o Município de Feliz e para a região do Vale do Caí, pois, oportuniza, o acesso dos jovens a especialização, colaborando para a qualificação da mão-de-obra em nossa região.

3. VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

A valorização do magistério é tratada no Plano Nacional de Educação (PNE) junto ao capítulo sobre a formação de profissionais que atuam na educação, e está relacionada, em geral, às ações necessárias para o aumento da qualidade nas condições de trabalho dos educadores. Esse documento, que é fundamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), de 1996, afirma que o compromisso com a melhoria da qualidade do ensino não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, “uma vez que os docentes constituem o centro de todo o processo educacional”.

Segundo o PNE, a valorização do magistério inclui:

- uma formação profissional que assegure o domínio tanto dos conhecimentos a serem oferecidos e trabalhados na sala de aula como dos métodos pedagógicos necessários ao bom desempenho escolar;
- um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;
- jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada escolar dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- um salário condigno, competitivo em termos de outras posições no mercado de trabalho, abertas a candidatos com nível equivalente de formação.

O PNE assinala, portanto, que a valorização do magistério “depende tanto da garantia de condições adequadas de formação, trabalho e remuneração quanto da exigência de uma contrapartida em termos do desempenho satisfatório, pelo docente, das atividades educativas.”

O município de Feliz possui mais de cinquenta professores municipais, mais de cem professores estaduais e mais de vinte professores da rede particular. Além disso, somente na rede municipal, há aproximadamente cem funcionários, entre educadores, assistentes, serventes e monitores atuam na educação municipal.

4. PROGRAMAS E PARCEIROS

4.1 PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

O Governo Federal, através do Ministério da Educação, desenvolve diversos programas voltados para a qualificação da educação no país. O município de Feliz participa de diversos Programas, que são realizados a partir da assinatura do Termo de Adesão.

4.1.1 Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929.

Cada aluno do Ensino Fundamental tem direito a um exemplar das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, que serão estudadas durante o ano letivo. Além desses livros, os estudantes do primeiro ano recebem uma cartilha de alfabetização. No Ensino Médio, cada aluno recebe um exemplar das disciplinas de Português, Matemática, História, Biologia e Química. A partir de 2009, receberá, também, um livro de Geografia e um de Física.

O FNDE executa diretamente os programas, não havendo repasse de recursos para as aquisições de livros, os quais são enviados aos estados, municípios, entidades comunitárias e filantrópicas e entidades parceiras do Brasil Alfabetizado.

A definição do quantitativo de exemplares a ser adquirido para as escolas estaduais, municipais e do Distrito Federal é feita com base no censo escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que serve de parâmetro para todas as ações do FNDE.

4.1.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a

aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis.

O valor repassado pela União é feito diretamente aos estados e municípios, com base no censo escolar realizado no ano anterior ao do atendimento, destinado à compra de alimentos pela Secretaria de Educação do Estado e dos municípios. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (COMALES), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI) e pelo Ministério Público.

O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, quando coloca que o dever do Estado (ou seja, das três esferas governamentais: União, Estados e Municípios) com a educação é efetivado mediante a garantia de "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" (inciso IV) e "atendimento ao educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde" (inciso VII).

Atualmente, o valor repassado pela União, por dia letivo, é de R\$ 0,22 por aluno, este valor é complementado, em sua maior parte (representando $\frac{3}{4}$ do valor) com verba do município, durante os dias letivos.

O município de Feliz possui merenda escolarizada, isto é, a Rede Estadual recebe a verba da União diretamente em conta específica, em nome do diretor da escola, que tem autonomia no gerenciamento.

Já Rede Municipal e Particular Filantrópica, conta com uma nutricionista que confecciona cardápios com alimentos saudáveis e equilibrados, respeitando as diferentes etapas da vida do aluno.

4.1.3 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), visa atender alunos moradores da zona rural.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a responsabilidade de garantir o transporte escolar dos alunos da rede municipal é dos municípios, e dos alunos da rede estadual, dos estados.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência

nos estabelecimentos escolares dos alunos do Ensino Fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Com a publicação da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano – o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais.

O município de Feliz, anualmente, celebra convênio com o Governo do Estado, que tem como objeto o repasse de recursos financeiros para subsidiar o transporte escolar de alunos da Rede Pública Estadual do Ensino Fundamental - Meio Rural até a escola pública com oferta de vagas mais próxima de seu domicílio.

4.1.4 Plano de Desenvolvimento da Educação

Uma educação básica de qualidade. Essa é a prioridade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Investir na educação básica significa investir na educação profissional e na educação superior porque elas estão ligadas, direta ou indiretamente. Significa também envolver todos — pais, alunos, professores e gestores, em iniciativas que busquem o sucesso e a permanência do aluno na escola.

Com o PDE, o Ministério da Educação pretende mostrar à sociedade tudo o que se passa dentro e fora da escola e realizar uma grande prestação de contas. Se as iniciativas do MEC não chegarem à sala de aula para beneficiar a criança, não se conseguirá atingir a qualidade que se deseja para a educação brasileira. Por isso, é importante a participação de toda a sociedade no processo.

O Compromisso Todos pela Educação deu o impulso a essa ampla mobilização social. Outra medida adotada pelo governo federal é a criação de uma avaliação para crianças dos seis aos oito anos de idade. O objetivo é verificar a qualidade do processo de alfabetização dos alunos no momento em que ainda é possível corrigir distorções e salvar o futuro escolar da criança.

A criação de um piso salarial nacional dos professores — mais de 50% desses profissionais ganham menos de R\$ 800 por 40 horas de trabalho —; a ampliação do acesso dos educadores à universidade; a instalação de laboratórios de informática em escolas rurais; a realização da Olimpíada de Língua Portuguesa, nos moldes da Olimpíada de Matemática; a

garantia de acesso à energia elétrica para todas as escolas públicas; as melhorias no transporte escolar para os alunos residentes em áreas rurais e a qualificação da saúde do estudante são outras ações previstas no PDE.

O PDE inclui metas de qualidade para a educação básica, as quais contribuem para que as escolas e secretarias de Educação se organizem no atendimento aos alunos. Também cria uma base sobre a qual as famílias podem se apoiar para exigir uma educação de maior qualidade. O plano prevê ainda acompanhamento e assessoria aos municípios com baixos indicadores de ensino.

4.1.5 Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE

Criado em 1995, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como beneficentes de assistência social, ou outras similares de atendimento direto e gratuito ao público.

O programa engloba várias ações e objetiva a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

Até 2008, o programa contemplava apenas as escolas públicas de Ensino Fundamental. Em 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.

O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades

educacionais.

Todas as escolas públicas rurais de educação básica recebem também uma parcela suplementar, de 50% do valor do repasse. As escolas urbanas de Ensino Fundamental que cumpriram as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipuladas para 2007 também recebem essa parcela suplementar.

O valor destinado às escolas privadas de educação especial deve ser usado da mesma maneira que nas escolas públicas.

4.1.6 Plano de Ações Articuladas (PAR)

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) atrelou o apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação à assinatura do plano de metas do Compromisso Todos pela Educação. O plano fixou diretrizes como, por exemplo, a alfabetização de todas as crianças com até, no máximo, oito anos de idade. Depois da adesão ao compromisso, os municípios deveriam elaborar o Plano de Ações Articuladas (PAR). No dia 31 de julho de 2008, todos os 5.563 municípios brasileiros já haviam aderido ao compromisso. Desses, 3.669 já apresentaram o PAR ao MEC.

O PAR é o planejamento multidimensional da política de educação que cada um dos 5.563 municípios do país deve fazer para um período de quatro anos — 2008 a 2011 —, como parte do PDE. O PAR é coordenado pela Secretaria Municipal de Educação, mas deve ser elaborado com a participação de gestores, professores e da comunidade local. Para ajudar os municípios na tarefa de fazer os planos, o MEC oferece um roteiro de ações com pontuação de um a quatro, 13 tipos de tabelas com dados demográficos e do censo escolar de cada município e informações de como preencher os dados. Os itens pontuados pelo município com os números um e dois representam suas maiores prioridades. A formação de professores, por exemplo, aparece na maioria dos planos apresentados ao MEC com os números um e dois.

A dinâmica do PAR tem três etapas: o diagnóstico da realidade da educação e a elaboração do plano são as fases do município. A terceira etapa é a análise técnica feita pela SEB e pelo FNDE. Depois da análise técnica do plano, o município assina um termo de cooperação com o MEC onde constam os programas aprovados e classificados segundo a prioridade do município. O termo de cooperação detalha a participação do MEC que pode ser com assistência técnica por um período ou pelos quatro anos do PAR, e assistência financeira. No caso da transferência de recursos, o município precisa assinar um convênio, que é

analisado para aprovação a cada ano.

O PAR do município de Feliz pode ser visualizado no site <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>, e está anexado ao Plano Municipal de Educação.

4.1.7 Programas de Formação Continuada

4.1.7.1 Escola Ativa

O Programa Escola Ativa busca melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas das escolas do campo. Entre as principais estratégias estão: implantar nas escolas recursos pedagógicos que estimulem a construção do conhecimento do aluno e capacitar professores. Os professores das escolas multisseriadas do município de Feliz, em 2009, iniciaram a capacitação referente a este programa bem como, já receberam os livros específicos para as escolas rurais.

Dentre os objetivos do Escola Ativa, destacam-se:

- Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, fornecendo diversos recursos pedagógicos e de gestão;
- Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;
- Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa em propostas pedagógicas e princípios políticos pedagógicos voltados às especificidades do campo;
- Fornecer e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica.

4.1.7.2 Pró-Letramento

O Pró-Letramento - Mobilização pela Qualidade da Educação - é um programa de formação continuada de professores das séries iniciais do ensino fundamental, para melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática.

O programa é realizado pelo MEC, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com adesão dos estados e municípios. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

Os cursos de formação continuada oferecidos pelo programa têm duração de 120 horas

com encontros presenciais e atividades individuais com duração de 8 meses. No município de Feliz, a primeira turma de professores iniciada em 2008, concluiu o curso no segundo semestre de 2009. Os demais professores serão atendidos gradativamente.

4.1.7.3 Gestar II

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar oferece formação continuada em Língua Portuguesa e Matemática aos professores dos anos finais (do sexto ao nono ano) do ensino fundamental em exercício nas escolas públicas. A formação possui carga horária de 300 horas, sendo 120 horas presenciais e 180 horas a distância (estudos individuais) para cada área temática. O programa inclui discussões sobre questões prático-teóricas e busca contribuir para o aperfeiçoamento da autonomia do professor em sala de aula.

Oito professores da rede municipal de Feliz estão participando, em 2009, do curso de formação continuada, que está sendo realizado em parceria com outros municípios da região.

4.1.7.4 Programa de Educação Fiscal

A Educação Fiscal é um processo que visa a construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania. O objetivo é propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado.

O tributo é um instrumento que pode e deve ser utilizado para promover as mudanças e reduzir as desigualdades sociais. O cidadão, consciente da função social do tributo como forma de redistribuição da Renda Nacional e elemento de justiça social, é capaz de participar do processo de arrecadação, aplicação e fiscalização do dinheiro público.

A Lei Municipal Nº1761, de 15 de março de 2005, instituiu na rede municipal de ensino o tema “Educação Fiscal”, que deverá ser inserido em todas as disciplinas escolares, para a formação de jovens e adultos. Atualmente, o programa também é desenvolvido através de palestras realizadas pela Secretaria da Fazenda, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto.

4.1.8 Programa de Esporte e Lazer da Cidade – PELC

No ano de 2006, através de projeto encaminhado ao Ministério dos Esportes, Feliz foi contemplado com o Programa de Esporte e Lazer da Cidade, PELC, que proporcionou o

acesso à atividades físicas, jogos e brincadeiras, envolvendo todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimulando a realização de atividades esportivas, de lazer e a convivência social, favorecendo o desenvolvimento humano. Foram realizadas oficinas de ginástica, Yoga, Taekwondo, vôlei, futebol, futsal, ballet, teatro, dança folclórica alemã, dança gaúcha, dança ritmos, dança espanhola, ballet, Hip Hop, grafite, flauta, violão, teclado, recreação, ginástica laboral e xadrez.

O PELC atendeu, no município, as localidades de São Roque, Escadinhas, Vale do Lobo, Roncador, Matiel, Vila Rica e Centro. Ministrou em todas as escolas da rede municipal oficinas de recreação, dança e música. Atendeu também escolas da rede estadual e particular de ensino.

Com a renovação do PELC, no ano de 2007, passou-se a atender também os municípios de Alto Feliz, Linha Nova e Vale Real promovendo a integração entre esses municípios e disponibilizando atividades de saúde e lazer aos seus munícipes.

Em 2009, o município foi contemplado novamente com PELC, porém direcionado a um público diferente: adultos a partir de 45 anos. O PELC Vida Saudável dá continuidade a várias atividades citadas anteriormente, promovendo a intergeracionalidade da população felizense.

No momento, o município está realizando as ações necessárias para estender o PELC a todas às idades.

4.2 PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

O Programa A União faz a Vida foi idealizado pelo SICREDI (Sistema de Crédito Cooperativo) com o intuito de desenvolver um projeto de educação cooperativa nas escolas. O Programa prevê a contratação de especialistas nas diversas disciplinas curriculares de ensino, os quais proporião metodologias que privilegiassem o empreendedorismo e o coletivismo em substituição à prática individual.

No município de Feliz, o Programa foi implantado no ano de 2002 tendo a adesão de 12 escolas do Ensino Fundamental, sendo 7 da rede municipal e 5 da rede estadual de ensino: EMEF Cônego Alberto Schwade, EMEF Alfredo Spier, EMEF Arthur Ernesto Gutheil, EMEF Conselheiro João Braun, EMEF A J Renner, EMEF Albino Zimmermann, EMEF Almirante Barroso, EEEF Marquês do Herval, EEEF Ivonny Kayser, EEEF Dóris José Schlater, EEEF Benno Fernando Bender, EEEF Antonio Aloysio Froener. Dessas, duas da rede estadual, EEEF Antonio Aloysio Froener e EEEF Benno Fernando Bender, e uma da

municipal, EMEF Almirante Barroso, foram fechadas.

No início haviam, aproximadamente, 800 alunos e 90 professores envolvidos nos projetos do Programa. Não existia nenhum auxílio financeiro às escolas. Eram realizadas oficinas envolvendo as disciplinas contidas no currículo escolar e palestras sobre o principal foco do programa - a cooperação.

Com o passar dos anos sentiu-se a necessidade de reformular o Programa. Hoje, ele é um parceiro da Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto e tem como principal objetivo “construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania, por meio de práticas de educação cooperativa, contribuindo para a educação integral de crianças e adolescentes, em âmbito nacional.”

A partir de 2007, aderiram ainda ao programa as quatro escolas de Educação Infantil, as duas escolas da rede particular, Escola Imaculado Coração de Maria e Escola de Educação Especial Um Sorriso A Mais, e ainda, duas escolas da rede estadual, EEEF Maria Saturnina Ruschel e Colégio Estadual Prof. Jacob Milton Bennemann. Deste modo, todas as escolas do município estão engajadas na proposta do Programa A União faz a Vida, totalizando mais de 120 professores e aproximadamente 2000 alunos, além de apoiadores voluntários nos eventos e nos projetos das escolas.

Através do Programa A União Faz a Vida são realizadas oficinas para professores, elaborados materiais pedagógicos baseados nos princípios do Programa e distribuídos para alunos e professores, encontros para os alunos líderes de turma e para professores conselheiros, evento anual que promove ações cooperativas envolvendo a comunidade e distribuição de brindes para alunos e professores.

4.3 PROGRAMA SAÚDE DO ESCOLAR

Com a reforma administrativa, em 2006, a Secretaria de Educação passou a ter em seu organograma o Departamento de Assistência ao Educando cuja função é coordenar a implantação de programas e projetos voltados a saúde, esporte e lazer dos alunos para que possam melhorar o processo de aprendizagem e visando à diminuição dos índices de repetência e evasão escolar.

Atualmente, há uma efetiva parceria da Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto no desenvolvimento do Programa Saúde do Escolar com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação e a APAE. O programa tem como objetivo geral promover a saúde do educando, diagnosticando,

prevenindo e tratando o aluno nos seus aspectos físicos e psíquicos, alcançando o seu desenvolvimento integral, desde a Educação Infantil até os anos finais do Ensino Fundamental. Proporciona atendimento com os seguintes especialistas: dentista, nutricionista, psicóloga, fonoaudióloga, psicopedagoga e Equipe da Estratégia da Saúde da Família (ESF).

Atualmente, as escolas fazem os encaminhamentos dos alunos junto ao PSF – Programa de Saúde da Família, que então os direcionam à Assistência Social. Esta, conforme a necessidade do aluno e o público-alvo de cada sistema, encaminha o atendimento para o Posto de Saúde ou para a APAE.

Dentro do Programa Saúde do Escolar também são desenvolvidas anualmente palestras para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental das redes municipal, estadual e particular de Feliz, com o objetivo de conscientizar, prevenir e informar este público sobre os temas desenvolvimento do corpo humano e higiene pessoal, sexualidade, gravidez na adolescência e métodos anticoncepcionais, doenças sexualmente transmissíveis e drogadição.

Outra ação deste programa refere-se ao trabalho desenvolvido pelo serviço de psicologia, que atua junto às escolas municipais, auxiliando os profissionais da educação nas suas práticas.

Na área esportiva são realizadas diversas atividades pelo PELC, além de Olimpíadas Escolares de Atletismo e Vôlei, oferecendo total apoio para alunos participarem de diversas competições esportivas fora da escola. Pretende-se, ainda, diversificar a oferta de atividades esportivas, através de parcerias com clubes ou outras entidades, buscando assim o desenvolvimento integral do ser humano.

Assim, todas as ações têm como objetivo qualificar a educação de nosso município, através de ações que promovam o desenvolvimento das habilidades cognitivas, afetivas e físicas, ou seja, que busquem a formação integral do aluno.

5. METAS

No Fórum Municipal de Educação, diversas metas foram apresentadas e votadas pelos professores. Tais ações buscam a melhoria da qualidade da educação, aumentando assim o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB do município.

METAS
1. Ampliar a oferta de vagas na Educação Infantil;
2. Qualificar o atendimento na Educação Infantil e no Ensino Fundamental através de capacitações e recursos humanos habilitados e qualificados;
3. Promover a revisão e o aperfeiçoamento de propostas e projetos pedagógicos, com a participação dos profissionais neles envolvidos;
4. Reformular o currículo, incluindo a filosofia, a música, a educação física, a educação artística e o estudo da língua alemã desde a Educação Infantil;
6. Assegurar o fornecimento de materiais adequados às faixas etárias e às necessidades dos alunos;
7. Estimular a participação da comunidade, dos Conselhos Escolares e dos Círculos de Pais e Mestres, qualificando-os;
8. Manter parcerias com a comunidade e com programas e entidades, tais como o Programa “A União Faz a Vida”;
9. Aderir aos programas do Governo Federal – PNATE, PNAE, PDDE, PNLD, PDE, entre outros;
10. Os professores, de acordo com a Lei Nº 1.936/06 de 1º de Agosto de 2006, tendo no mínimo 20% da sua carga horária disponível para planejamento e estudo, cumprirão esta na escola, dando continuidade aos estudos desenvolvidos em sala de aula;
11. Implantar a autonomia financeira das escolas, conforme prevê a Lei do Sistema Municipal de Ensino;
12. Possibilitar o financiamento de um curso anual de 40 horas para cada professor municipal, dentro da sua área de atuação;
13. Realizar, anualmente, atividades de estímulo à leitura, às artes, à cultura e ao desporto;
14. Construir, ampliar e reformar estabelecimentos de ensino, em conformidade com os requisitos de infra-estrutura para atendimento de alunos com necessidades especiais;
15. Viabilizar uma rede informatizada entre as escolas e a SMELD, visando troca de informações pedagógicas e a melhoria da qualidade de ensino;

16. Valorizar o Patrimônio Histórico e cultural do município;
17. Viabilizar ações junto com a comunidade escolar visando a redução dos índices de reprovação e evasão;
18. Informatizar as bibliotecas das escolas pólos, atualizando os acervos bibliográficos de acordo com as necessidades da escola;
19. Firmar parceria com a Secretaria da Saúde, viabilizando programas de apoio ao educando;
20. Manter a parceria com o Conselho Municipal de Educação, melhorando cada vez mais as condições de infra-estrutura e trabalho do Conselho;
21. Garantir atendimento educacional às crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais;
22. Promover a inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino;
23. Proporcionar parcerias entre as redes municipal, estadual e particular de ensino, visando permanente integração e conseqüente melhoria da qualidade da educação;
24. Manter parceria com Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social e demais poderes públicos para garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola;
25. Regularizar o fluxo escolar, reduzindo as taxas de repetência, evasão e distorção idade/série, através de programas (reforço escolar) que garantam a qualidade do ensino;
26. Oferecer alimentação escolar equilibrada, observando produtos da época e de qualidade, garantindo um cardápio adequado aos alunos;
27. Articular, através da Secretaria de Educação, parceria com Secretarias Municipais que possuem afinidades com temas relacionados ao desenvolvimento econômico e social do município, para o desenvolvimento de projetos que ampliem a geração de emprego e renda à população;
28. Manter a Educação de Jovens e Adultos nos níveis de alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio, visando beneficiar as pessoas que não tiveram oportunidade de freqüentar a escola na época adequada;
29. Viabilizar parcerias, visando à formação de jovens felizenses em cursos técnicos e no ensino superior;
29. Revisar o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, com a participação da categoria, do Executivo, Legislativo e representante do sindicato, fundamentado na legislação vigente;
30. Diversificar a oferta de atividades esportivas, através de parcerias com clubes ou outras entidades, buscando assim o desenvolvimento integral do ser humano.

6. FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

De acordo com a Lei Orgânica Municipal, o município, em colaboração com o Estado, complementarará o ensino público com programas permanentes e gratuitos de material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e de atividade cultural e esportiva. Tais programas serão mantidos nas escolas com recursos financeiros específicos.

Além disso, o município aplicará, no exercício financeiro, no mínimo, vinte e cinco por cento (25%) da receita resultante de impostos, proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Deste total, dois e meio por cento (2,5%) serão aplicados na manutenção e conservação das escolas públicas municipais, de forma a criar condições que lhes garantam o funcionamento normal e um padrão mínimo de qualidade. Ainda, de dois a seis por cento (2 a 6 %) dos recursos destinados ao ensino, serão aplicados na educação especial, em escolas do poder público ou em instituições privadas.

7. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A implantação com sucesso, do Plano Municipal de Educação - PME no município de Feliz, depende, não somente da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, mas também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os dez anos de sua vigência.

A Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto, na figura do Dirigente Municipal de Educação, e o Conselho Municipal de Educação são responsáveis pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano.

Desempenharão, também, um papel essencial nessas funções, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário e a Sociedade Civil Organizada. Assim, sob uma ótica ampla e abrangente, o conjunto das instituições envolvidas, sejam elas governamentais ou não, assumirá o compromisso de acompanhar e avaliar as diretrizes, os objetivos e as metas aqui estabelecidas, sugerindo, sempre que necessário, as intervenções para correção ou adaptação no desenvolvimento das metas.

Os objetivos e as metas, deste Plano, somente poderão ser alcançados se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pela Câmara Municipal, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança no panorama do desenvolvimento educacional da inclusão social e da cidadania plena.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Para isto, deverão ser instituídos os seguintes mecanismos de avaliação e acompanhamento, necessários para monitorar continuamente, durante os dez anos, a execução do PME:

- De aferição quantitativa: que controlem estatisticamente o avanço do atendimento das metas, observando-se os prazos estabelecidos ano a ano;
- De aferição qualitativa: que controlem o cumprimento das metas, observando além dos prazos, as estratégias de execução das ações para medir o sucesso da implementação do PME.

A primeira avaliação técnica será realizada, no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos.

Além da avaliação técnica, realizada periodicamente, poderão ser feitas avaliações contínuas, com a participação das comissões de elaboração do PME com a sociedade civil organizada, por meio de conferências, audiências, encontros e reuniões.

Os instrumentos de avaliação, instituídos como o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o SAERS – Sistema de Avaliação da Educação do Rio Grande do Sul, Provinha Brasil, o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, o Censo Escolar e os dados do IBGE, são subsídios e informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação do PME, os quais devem ser analisados e utilizados como meio de verificar se as prioridades, metas e objetivos propostos no PME estão sendo atingidos, bem como se as mudanças necessárias estão sendo implementadas.

BIBLIOGRAFIA

ASSMANN, Beatriz. *Feliz, Ontem e Hoje*. 2. ed. Feliz: Conexão, 2002.

BALZANO, S.; *Plano Municipal de Educação*, EGP FAMURS, Escola de Formação Pública.

BRASIL, Coletânea. *Gestão Municipal Pública*. Brasília: Confederação Nacional dos Municípios - CNM. Vol.4.

BRASIL, *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília:Diário Oficial da União. 20/12/1996.

FELIZ, *Lei Municipal 1203, de 12 de dezembro de 1997*. Feliz:1997.

FELIZ, *Regimento Educação Infantil*. Feliz: Secretaria Municipal de Educação, Lazer e Desporto, 2005-2008.

KREUTZ, Lúcio. *O Professor Paroquial*. 1. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1991

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

ANEXOS